

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil

Ministério Público do Estado do Piauí - Relatório de Gestão Institucional - 2011 a 2015



Relatório de Gestão Institucional

Exercícios de 2011 a 2015



Encarte Especial

ÚLTIMOS ATOS DE GESTÃO

Encarte integrante do Relatório de Gestão Institucional 2011-2015 da Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Piauí

Procuradora-Geral de Justiça lança pedra fundamental da nova sede do Ministério Público Estadual



Solenidade contou com a participação de várias autoridades, como o Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, o Presidente da Câmara de Vereadores de Teresina, Luís Lobão, além de Procuradores e Promotores de Justiça.

Na manhã do dia 13 de julho de 2015, aconteceu o lançamento da pedra fundamental da nova sede do Ministério Público do Estado do Piauí. A solenidade ocorreu no terreno onde será construído o prédio, que abrigará toda a administração, Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e Centros de Apoio Operacional.

Várias autoridades estiveram presentes, como o Governador do Estado, Wellington Dias, o presidente da câmara de Vereadores de Teresina, Luís Lobão, o Secretário Estadual de Governo, Merlong Solano, o Presidente da Associação Piauiense do Ministério Público, Paulo Rubens Parente Rebouças, o presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público, José Arimatéa Costa, além de procuradores e promotores de Justiça.

Wellington Dias foi o primeiro a se pronunciar, e ressaltou a importância daquela solenidade ao afirmar que “toda jornada começa com

o primeiro passo”. O Procurador-Geral de Justiça nomeado, Cleandro Alves de Moura, também esteve presente e ratificou a importância daquele novo empreendimento, observando a necessidade de se dar continuidade ao trabalho em torno do prédio.

A Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima, destacou o trabalho em prol da nova sede: “persegui o objetivo de adquirir um bom terreno, em que pudéssemos construir o símbolo do futuro do Ministério Público do Estado do Piauí: uma ampla e moderna sede, que atenda a todas as necessidades do nosso corpo funcional e do público que atendemos.”

As autoridades presentes depositaram seus votos para o futuro do Ministério Público em uma urna, que deverá ser aberta na solenidade de inauguração da nova sede. Ao final, os presentes assistiram ao descerramento da placa da pedra fundamental.

Procuradora-Geral de Justiça apresenta relatório de gestão em reunião do Colégio de Procuradores



Na tarde do dia 14 de julho, a Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima, conduziu sua última reunião do Colégio de Procuradores como presidente. Na ocasião, apresentou seu relatório de gestão de toda sua gestão, referente aos dois mandatos, entre 2011 e 2015.

O relatório faz um panorama completo da atuação do Ministério Público durante o período, contemplando os trabalhos realizados pelo próprio Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Subprocuradoria-Geral de Justiça, assessorias especiais, CEAf, Ouvidoria, centros de apoio operacional, todas as coordenadorias técnicas e órgãos de atuação finalística.

Os procuradores de Justiça presentes fizeram diversas homenagens a Zélia Saraiva Lima, com elogios a seu trabalho a frente da instituição e entrega de um buquê de rosas ao final. A Procuradora-Geral leu uma mensagem de despedida, em que exalta o trabalho realizado naquele plenário: “O conhecimento construído durante as reuniões deste colegiado foi fundamental para colocar o Ministério Público em um caminho sem volta rumo à excelência na prestação de serviços” - pontua Zélia Saraiva.

Ministério Público e TCE assinam convênio para aprimorar o combate à corrupção no Piauí

O Ministério Público firmou, no dia 14 de julho de 2015, convênio com o Tribunal de Contas do Piauí – TCE-PI com o objetivo de aprimorar o combate à corrupção no estado. O acordo prevê ajuda do TCE para contratação e capacitação de estagiários para atuarem nas promotorias de combate à improbidade administrativa e defesa do patrimônio público em todo o estado.

O acordo, com validade um ano, foi assinado na sala da presidência do TCE, através do Presidente Luciano Nunes e a Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima, acompanhada da procuradora de Justiça e diretora do CEAF, Raquel Normando, da promotora de Justiça e Assessora Especial Carmelina Moura e do coordenador de Perícias e Pareceres Técnicos, Têssio Rauff.

O Presidente do TCE, Luciano Nunes, falou sobre a importância desse acordo: “a gente está dando um grande passo com esse convênio no fortalecimento das duas instituições”. A Procurado-



ra-Geral também se manifestou, afirmando que “é importantíssimo para o fortalecimento dos órgãos fiscalizadores, pois assim daremos suporte às promotorias tanto da capital quanto do interior e aproximaremos o Ministério Público do Tribunal de contas em sua atuação”.

Nova sede própria do Ministério Público é inaugurada na comarca de Piripiri



No dia 10 de julho de 2015, Piripiri recebeu sua nova sede do Ministério Público, através da Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima. O prédio é localizado no centro da cidade, e abriga as 4 Promotorias de Justiça da comarca, com novas instalações acessíveis e amplas.

O promotor de Justiça e coordenador do Núcleo das Promotorias de justiça de Piripiri, Nivaldo Ribeiro, destacou, em seu discurso, o trabalho empreendido por muitos para tornar aquela

obra possível, e afirmou ser a realização de um sonho.

A Procuradora-Geral também destacou o empenho de membros e servidores para a construção da nova sede, que foi a sexta inaugurada em seus 4 anos à frente do Ministério Público estadual. Após os pronunciamentos, sucedeu-se o descerramento da placa inaugural, que faz homenagem em memória do promotor Antônio Hermenegildo de Assunção, que dá nome ao prédio.

Antônio Hermenegildo atuou em Piripiri por duas oportunidades, em 1960 e entre 1968 e 1975. Vários familiares do homenageado estiveram presentes para prestigiar a cerimônia de inauguração, como a juíza de Direito do Estado da Paraíba, Isabela Joseane de Assunção, neta de Antônio Hermenegildo e representante da família.

Ao final, houve o desenlace da fita inaugural, que entregou oficialmente aquela sede aos membros, servidores e população da comarca de Piripiri.

Revista em quadrinhos “Turma da Mônica e o Ministério Público” é distribuída em Escolas Municipais e Estaduais de Teresina



A Procuradoria-Geral de Justiça promoveu, na manhã do dia 09 de julho de 2015, uma atividade educativa em escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino. Três equipes constituídas por membros e servidores do Ministério Público visitaram instituições em todas as zonas da capital do Piauí, Teresina, e distribuíram exemplares da revista “Turma da Mônica e o Ministério Público”, editada pelos Estúdios Maurício de Souza. O conteúdo do gibi estimula as crianças a se preocuparem com a qualidade dos serviços públicos, a conhecerem seus direitos e a acionarem o MP se algum deles for violado.

Promovida pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), a ação teve o acompanhamento da Procuradora de Justiça Raquel Costa Normando, do Promotor de Justiça Glécio Setúbal e da Promotora de Justiça Lia Raquel. Ao todo foram visitadas 15 escolas municipais, nas quais os gibis

foram distribuídos para alunos, diretores e equipes pedagógicas.

A Procuradora de Justiça Raquel Costa Normando, Diretora-Geral do CEAF, foi calorosamente acolhida pelos alunos da Unidade Escolar Dr. Agnelo Pereira da Silva, no bairro Dirceu I. Mais de 200 crianças se reuniram no pátio para um momento de integração, com apresentação musical e mensagens motivacionais. Todos se empolgaram muito com a revista: o jovem estudante Alyson, de 12 anos, fez questão de agradecer pessoalmente à representante do Ministério Público, seguido por vários outros de seus colegas. Nessa primeira visita, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí (SEDUC) se fez representar pelo professor José Barros.

Na Escola Municipal Dom Helder Câmara, a Promotora de Justiça e Coordenadora do CAODEC Lia Raquel Prado os quadrinhos foram recebidos pelas crianças com bastante interesse e curiosidade. A Promotora orientou para os diretores de que forma essas revistas podem ser utilizadas, de forma a facilitar o conhecimento das crianças no que diz respeito ao ministério Público, atingindo também, desta forma, os pais. Entre os locais visitados, as Escolas Municipais Governador Chagas Rodrigues, no bairro Santa Maria da Codipi, e Tenente Araújo, no bairro Santa Maria das Vassouras, recebeu o Promotor Glécio Setúbal com uma grande quantidade de alunos muito curiosos em conhecer a revista em quadrinhos e saber como atua o Ministério Público. O Promotor ainda articulou com as diretoras outras atividades nas escolas para tratar de temas que foquem na criança e no adolescente.





RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Ministério Público do Estado do Piauí

2011 a 2015

Esta publicação é dedicada a todas as pessoas que construíram para o fortalecimento do Ministério Público do Estado do Piauí ao longo dos últimos quatro anos. Cada conquista registrada nestas páginas é fruto de um trabalho conjunto, que demandou os esforços de Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, servidores, estagiários e funcionários terceirizados da instituição. Espero ter correspondido à confiança em mim depositada por aqueles que se dedicam diariamente à proteção dos cidadãos piauienses.

Zélia Saraiva Lima
Procuradora-Geral de Justiça

Sumário

Palavra da Procuradora-Geral de Justiça.....	7
1. Conhecendo o Ministério Público do Estado do Piauí.....	9
1.1. O que é o Ministério Público?.....	9
1.2. Identidade e propósito institucional.....	9
1.4. Como acompanhar o trabalho do MPPI.....	11
2. Administração do Ministério Público do Estado do Piauí.....	13
2.1. Procuradoria-Geral de Justiça.....	13
2.1.1 Assessorias Especiais da PGJ.....	15
2.1.2 CEAF.....	27
2.2. Subprocuradoria-Geral de Justiça.....	31
2.3. Colégio de Procuradores de Justiça.....	33
2.4. Conselho Superior do Ministério Público.....	34
3. Ouvidoria.....	39
4. Coordenadorias Técnicas.....	47
4.1. Coordenadoria de Recursos Humanos.....	47
4.2. Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos.....	55
4.3. Coordenadoria de Licitações e Contratos.....	65
4.4. Coordenadoria de Tecnologia da Informação.....	66
4.5. Coordenadoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças.....	69
4.6. Coordenadoria de Apoio Administrativo.....	73
4.7. Coordenadoria de Comunicação Social.....	77

5. Atuação Finalística.....	79
5.1. Combate à criminalidade.....	79
5.2. Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso.....	82
5.3. Defesa da Infância e da Juventude.....	84
5.4. Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público.....	87
5.5. Defesa do Meio Ambiente.....	91
5.6. Defesa da Saúde.....	93
5.7. Defesa da Educação e da Cidadania.....	95
5.8. Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.....	97
5.9. Defesa do Consumidor.....	100
5.10. Atuação finalística - Resumo.....	104
 6. Corregedoria-Geral do Ministério Público.....	 113



MINISTÉRIO PÚBLICO



Palavra da Procuradora-Geral de Justiça

O Ministério Público do Estado do Piauí é uma instituição em constante processo de desenvolvimento, pela própria natureza de suas atribuições. A importante missão que nos foi legada pela Carta Magna exige que estejamos continuamente evoluindo, sempre no intuito de atender aos anseios sociais da melhor maneira possível. Por isso, zelar pela defesa dos interesses coletivos é um grande desafio, se considerarmos a quantidade de desdobramentos que decorrem dessa tarefa: é preciso compromisso, sensibilidade, eficiência e conhecimento. Mas se é um desafio, também é uma honra. Durante os meus 31 anos de carreira como membro do Ministério Público, nenhuma das dificuldades encontradas no percurso se sobrepôs a suprema alegria de saber que estou contribuindo para que todos vivamos em um mundo melhor, mais justo e mais solidário.

Esse sentimento se fez mais forte quando fui empossada no cargo de Procuradora-Geral de Justiça, em julho de 2011. Mais do que nunca, eu compreendia a necessidade de fazer com o Ministério Público se aperfeiçoasse, correspondendo à confiança que a população piauiense deposita em nosso trabalho. Os desafios eram muitos: estruturar as Promotorias de Justiça, promover concursos públicos para membros e servidores, organizar as rotinas administrativas, renovar a frota de veículos, sistematizar a tramitação de processos, construir sedes próprias no interior do Estado... Havia muito a se fazer. As competentes equipes de colaboradores abraçaram a causa e puseram-se a trabalhar, com coragem e alegria. E agora, quatro anos depois, a felicidade se multiplica quando constatamos que acumulamos diversas conquistas.

Esta publicação é mais que um simples relatório técnico: é um valioso fragmento de História, o retrato de um período que foi decisivo para o fortalecimento do Ministério Público no Piauí. Do significativo incremento orçamentário até a execução de planos de capacitação, passando por várias outras vertentes, reside um pouco da alma, da dedicação dos homens e mulheres que trabalham todos os dias pelo bem maior, que é o bem que atinge a todos sem discriminação.

Por isso, continuemos trilhando por esta via, que é um caminho sem volta rumo à excelência na prestação de serviços para a sociedade. Com coragem e alegria, sempre.

Zélia Saraiva Lima

Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí



PROCURADURIA GENERAL
DE JUSTICIA

Conhecendo o Ministério Público do Estado do Piauí

1.1. O que é o Ministério Público?

O Ministério Público é uma instituição autônoma, não pertencente aos Poderes Judiciário, Executivo ou Legislativo, que age como o grande defensor dos direitos da sociedade brasileira, operando nas causas de interesse público, sempre prezando pela democracia e exercendo o controle de constitucionalidade da legislação. O MP possui ampla área de atuação na proteção dos direitos difusos e coletivos, a exemplo da proteção ao meio ambiente e ao patrimônio público. Também trabalha em prol dos direitos daqueles que não têm condições de autodefesa, como as crianças, os idosos e o adulto incapaz. Ademais, cabe ao Ministério Público a função de zelar pelos direitos individuais indisponíveis, ou seja, os irrenunciáveis, como a vida e a liberdade.

1.2. Identidade e Propósito Institucional

• MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, a fim de garantir a cidadania plena e o desenvolvimento sustentável.

• VISÃO

Ser reconhecida como uma instituição autônoma, independente, ativa e eficaz, transformadora da realidade social do Estado do Piauí, acessível ao cidadão, promotora dos direitos fundamentais e dos interesses sociais para as presentes e futuras gerações.

• VALORES

São os princípios – guia da Instituição – que são incorporados à sua maneira de agir. São conjuntos de padrões éticos que norteiam a sua vida cotidiana e a dos seus integrantes. Mais do que uma simples declaração de princípios, os valores se revelam pelas atitudes e comportamentos que a Instituição adota diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência. O MPPI tem como valores:

Honestidade: é a capacidade de agir conforme os valores institucionais e os preceitos legais, morais, justos e éticos.

Compromisso: é a disposição, a atitude e a responsabilidade para com a instituição e a sociedade.

Dedicação: é a junção de empenho, amor, devotamento e determinação.

Coragem: é a capacidade de ser firme, perseverante e franco frente aos desafios e dificuldades.

Conhecimento: é o conjunto das experiências pessoais e institucionais acumuladas, constantemente aprimoradas e compartilhadas.

Unidade: é a coordenação, uniformização e harmonia das ações e dos integrantes com o fim de fortalecer a identidade una e indivisível do Ministério Público do Piauí.

Transparência: é a garantia da publicidade de todos os atos do Ministério Público do Piauí, excetuando-se os casos de sigilo previstos em lei.

• POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

São as diretrizes gerais que expressam os parâmetros dentro dos quais as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver no cumprimento da missão, para o alcance da visão. Devem ser coerentes com os limites éticos estabelecidos pelos valores compartilhados. As políticas que balizam a atuação ministerial são:

Focar os resultados sociais: direcionar a atuação do Ministério Público do Piauí para a busca de resultados que impactem positivamente nos indicadores sociais.

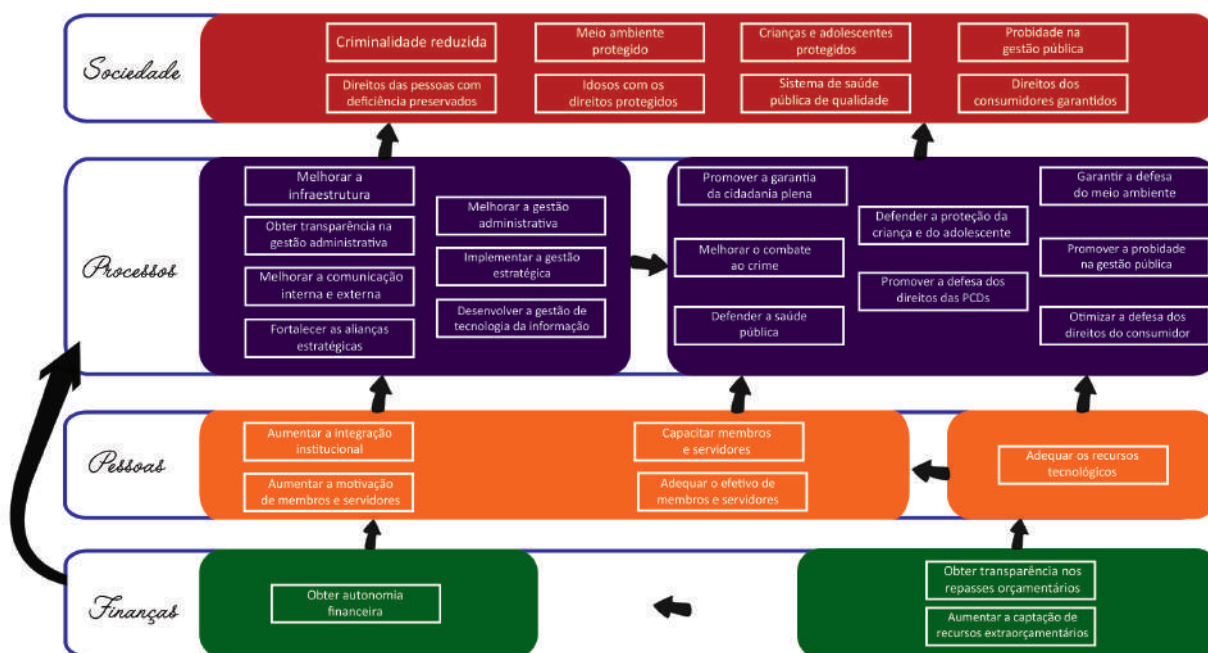
Buscar a excelência no atendimento à sociedade: promover uma gestão pautada na busca pela excelência na prestação de serviços à sociedade.

Promover a responsabilidade social: estimular a gestão direcionada pela responsabilidade socioambiental.

Priorizar as demandas da sociedade: alinhar a atuação institucional às demandas da coletividade.

Promover a valorização das pessoas: proporcionar às pessoas um ambiente saudável, estimulante, com oportunidades para o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e atitudes.

- **MAPA ESTRATÉGICO**



1.3. Como acompanhar o trabalho do MPPI

- **Portal do Ministério Público do Piauí (www.mppi.mp.br)**

É o canal de informação aberto à sociedade, onde o cidadão pode obter dados relevantes e acompanhar as notícias dos acontecimentos institucionais, como as campanhas e ações desenvolvidas por membros e servidores. O sítio do MPPI disponibiliza a lista de atos administrativos publicados, o espaço do Portal da Transparência, links de acessos a sítios de outros órgãos e demais serviços de utilidade pública.

- **Relatório de Atividades Administrativas**

Este documento, publicado anualmente pelo MPPI, objetiva mostrar para a sociedade as principais ações e os resultados do trabalho desenvolvido pela Instituição no ano anterior.

- **Plano Geral de Atuação (PGA)**

Tem publicação bienal e informa os projetos, ações programadas e as metas previstas, pautadas no Planejamento Estratégico do MPPI.



Administração do Ministério Público do Estado do Piauí

2.1. Procuradoria-Geral de Justiça

De julho de 2011 a julho de 2015 o órgão máximo de direção do Ministério Público do Piauí, foi chefiado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Zélia Saraiva Lima. Nos últimos quatro anos o MPPI galgou largos passos no aprimoramento da sua gestão institucional. Norteada pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a Administração Superior voltou-se para a importância de desenvolver o planejamento estratégico, dando nova roupagem à elaboração da proposta orçamentária e reforçando a execução de projetos institucionais. Ademais, as duas gestões foram marcadas pelo estreitamento de laços com o Conselho Nacional do Ministério Público e demais órgãos de relevante atuação social, além da aproximação da instituição com a sociedade.

O Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça, para o exercício de suas funções específicas, possui uma Secretaria Geral, chefiada pela Promotora de Justiça Débora Maria de Freitas Said, que conta com o auxílio da Assessoria para Atos Administrativos e da Assessoria para Transparência Administrativa. No que tange às atribuições pertinentes à Secretaria Geral, destacam-se, dentre outras, as seguintes: elaboração dos atos administrativos ordinariamente expedidos pela Procuradora-Geral de Justiça, tais como atos, portarias, ofícios; envio de arquivos, bem como administração da publicação sequenciada dos atos administrativos de interesse do Ministério Público junto ao Diário da Justiça; elaboração e atualização no sítio desta instituição, mensalmente, dos quadros de antiguidade dos membros do Ministério Público, dos quadros “Comarca-Promotor” e dos quadros de antiguidade na função de Promotor de Justiça eleitoral; notificação, arquivamento e outras diligências nos processos administrativos que tramitam neste Ministério Público; prestação de informações a quem desejar saber acerca do exercício das funções ministeriais nas Promotorias de Justiça, mantendo frequente contato com magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado Piauí, com outros órgãos e demais cidadãos, buscando suprir a ausência de membro ministerial em caso de vacâncias, férias, licenças, impedimentos e etc; fornecimento, sempre que solicitado, de atos administrativos arquivados nesta Secretaria, desde que não possuam caráter sigiloso, e administração do Portal da Transparência.



Em novembro de 2012, a Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima, recebeu o Título de Cidadã Piauiense das mãos do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Themístocles Filho, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à população local.

Espécie	2011	2012	2013	2014	2015
Ofícios Expedidos do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça		1641	1869	1215	639
Ofícios Circulares do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça		X	27	16	9
Atos PGJ		83	115	38	19
Portarias PGJ		1696	2281	2451	1335
Recomendações		X	1	1	-
Editais PGJ		X	20	34	10

Espécie	2011	2012	2013	2014	2015
Ofícios Expedidos da Secretaria-Geral	-	-	86	102	96
Memorandos da Secretaria-Geral	-	-	79	150	86

Para auxiliar o cumprimento de suas funções, a Procuradora-Geral de Justiça conta ainda com uma Chefia de Gabinete, comandada por um membro da instituição. No período de julho de 2011 a 2013 tal cargo foi ocupado pelo Promotor de Justiça Eny Marcos Vieira Pontes e, a partir de 2014, pelo Promotor de Justiça Cleandro Alves de Moura.

2.1.1. Assessorias Especiais da PGJ

O Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça dispõe de uma Assessoria Especial prevista no art. 11, II, da Lei Complementar Estadual nº 12/93, composta por Promotores de Justiça de última entrância. No âmbito processual, a Assessoria Especial se subdivide em:

- **Assessoria Especial Criminal e de Improbidade Administrativa**, responsável por apreciar notícias de fato de atribuição do Procurador-Geral de Justiça e adotar as providências cabíveis, bem como elaborar manifestações nos feitos de natureza Criminal e de Improbidade Administrativa, de atribuição originária exclusiva do Procurador-Geral de Justiça, referente a agentes detentores de foro por prerrogativa de função;
- **Assessoria Especial Cível**, que elabora manifestações e pareceres em processos judiciais cíveis de atribuição originária exclusiva do Procurador-Geral de Justiça e também elabora informações em mandado de segurança, quando a autoridade coatora for o Procurador-Geral de Justiça;
- **Assessoria Especial Administrativa**, que tem como atribuições elaborar pareceres e manifestações em processos administrativos, inclusive nos de licitações e contratos, responder a consultas formuladas pelas unidades administrativas vinculadas à Procuradoria-Geral de Justiça, auxiliar o Procurador-Geral de Justiça na análise de processos administrativos disciplinares, assessorar o Procurador-Geral de Justiça nos procedimentos de interesse do Ministério Público do Estado do Piauí junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Atuação da PGJ em Processos

Espécie	2012	2013	2014	2015
Administrativos	751	483	2045	608
Cíveis	541	804	1209	268
Criminais	152	170	1263	480
Normativos (controle a partir de julho 2014)	-	-	204	49

A partir de 2015, as manifestações da Procuradoria-Geral de Justiça passaram a ser contabilizadas de maneira especificada, mediante registro em sistema informatizado, conforme quadro abaixo:

Manifestações da Procuradoria-Geral de Justiça

Espécie	2015
Pareceres	492
Despachos	680
Decisões	136
Proposituras de Ações	01
Denúncias	08
Requisições de Inquéritos	02
Manifestações	86
Total	1207



Os assessores da Procuradora-Geral geralmente a acompanham durante os atos institucionais. Na foto, da esquerda para a direita: a Secretária Geral do Ministério Público, Débora Maria Freitas Said; o então Subprocurador-Geral de Justiça, Alípio de Santana Ribeiro; a então Procuradora-Geral do Ministério Público do de Contas, Raissa Rezende; o chefe da Assessoria Especial Cível, Luiz Gonzaga Rebelo Filho; a Conselheira do TCE/PI Waltânia Alvarega, na época exercendo a presidência do Tribunal; e a Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima. Visita de cortesia realizada em janeiro de 2013.



O Promotor de Justiça Cleandro Alves de Moura (centro) foi nomeado novo Procurador-Geral em junho de 2015. Até então, ele exercia o cargo de Chefe de Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça. Na foto, ele aparece ao lado da Chefe da Assessoria Especial Criminal, Ana Cristina Matos Serejo; da Subprocuradora-Geral de Justiça, Rosangela de Fátima Loureiro Mendes; do Secretário do Estado de Governo, Merlong Solano; e da atual PGJ.



A Promotora de Justiça Carmelina Maria Mendes de Moura é a Chefe da Assessoria Especial Administrativa e já representou a Procuradora-Geral de Justiça em eventos institucionais, como o evento de lançamento do SINASE no Piauí, promovido pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude em maio de 2015.



O CEAF propôs a concessão da Medalha do Mérito Ministério Público à Procuradora-Geral de Justiça, que foi surpreendida pela homenagem. Na foto, ela posa com a Diretora-Geral do órgão, Raquel Normando (à esquerda) e a Coordenadora Pedagógica, Maria Eugênia Gonçalves Bastos. Dezembro de 2014.

A Assessoria Especial conta, ainda, com as seguintes subdivisões:

- **Assessoria Especial Normativa**

A Assessoria Especial Normativa, que tem como Assessor Especial o Promotor de Justiça Régis de Moraes Marinho, foi criada através do ATO PGJ n.º 479, de 20 de junho de 2014, em seu art. 31, com as seguintes atribuições: elaborar minuta de atos administrativos internos e de projetos de lei de interesse do Ministério Público; analisar projetos de Resoluções dos Órgãos Colegiados do Ministério Público, quando couber; auxiliar o Procurador-Geral no controle de constitucionalidade de leis; acompanhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Ministério Público, emitindo pareceres, notas técnicas e outras manifestações quando necessário; desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça na sua área de atuação.



Em julho de 2014, a Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima (na foto, a terceira da esquerda para a direita) nomeou o Promotor de Justiça Régis Moraes Marinho (à esquerda) para ocupar a chefia da Assessoria Especial Normativa. Na mesma época, o Promotor de Justiça Cleandro Alves de Moura foi nomeado Chefe de Gabinete da PGJ, e a Promotora de Justiça Luísa Lacerda assumiu a coordenação geral do PROCON/PI.

Antes da criação da Assessoria Especial Normativa, suas atribuições eram exercidas pela Assessoria Especial Administrativa. Após a criação da Assessoria, destacam-se as seguintes atividades:

ATOS NORMATIVOS

- ATO PGJ N° 484/2014, que institui a política de utilização do correio eletrônico no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí;
- ATO PGJ N° 485/2014, que institui a Política de Utilização das Estações de Trabalho no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí;
- ATO PGJ N° 486/2014, que institui a Política de Controle de Acesso à Internet no âmbito do Mi-

nistério Público do Estado do Piauí;

- ATO PGJ Nº 487/2014, que institui a Política de Cópias de Segurança no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí;
- ATO PGJ Nº 495/2014, que dispõe sobre a distribuição de inquéritos policiais, procedimentos prévios à denúncia, processos e notícias de fato nas Promotorias de Justiça de Teresina-PI;
- ATO PGJ Nº 496/2014, que dispõe sobre o acesso às dependências da Sede das Procuradorias de Justiça;
- ATO PGJ Nº 497/2014, que dispõe acerca da utilização do estacionamento da Sede das Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí;
- ATO PGJ Nº 503/2014, que denomina o prédio-sede do Ministério Público do Estado do Piauí no Município de Oeiras;
- ATO PGJ Nº 514/2015, que estabelece as normas para o recadastramento anual de membros e servidores, ativo e inativos, do Ministério Público do Estado do Piauí;

PROJETOS DE LEI

- Elaboração de Projeto de Lei que estabelece reajuste ao subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Piauí;
- Elaboração de Projeto de Lei que altera os anexos da Lei n.º 6.237, de 05 de julho de 2012, e concede a revisão salarial dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Piauí;
- Elaboração de Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar n.º 12, de 18 de dezembro de 1993, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, criando novos cargos de Promotor de Justiça;

RESOLUÇÕES/ ADIN

- RESOLUÇÃO Nº 02/2014-CPJ/PI, que regulamenta, nos termos do art. 50, inciso II, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, e do art. 5º, da Resolução nº 117, de 7 de outubro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público, o pagamento de auxílio-moradia devido aos membros do Ministério Público do Estado do Piauí;
- RESOLUÇÃO Nº 03/2014-CPJ/PI, que dá nova regulamentação à concessão da vantagem do auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público do Estado do Piauí, nos termos da decisão da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí no Processo Administrativo nº 14584/2014 e conforme a norma do art. 127, caput e § 1º, da Constituição Federal de 1988;
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR, em face do disposto no art. 10, § 3º, da Lei Estadual nº 3.808/81, com a redação que lhe deu a Lei Complementar Estadual nº 35, de 06 de novembro de 2003;
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR, em face do disposto nos arts. 6º, 7º, caput e 83, § 1º, da Lei Estadual nº 5.860, de 01 de julho de 2009.

Espécie	2014	2015
Projetos de Lei		03
Atos Normativos		09

- **Assessoria Especial de Planejamento e Gestão**

Antes denominada Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do Planejamento Estratégico Institucional e Tecnologia da Informação do MPPI – CAMAPE, até junho de 2013 comandada pela Promotora de Justiça Janaína Rose Ribeiro Aguiar, por determinação do Ato PGJ nº 411/2013, foi elevada ao status de Assessoria do Procurador-Geral de Justiça, subordinada a este, com nova denominação de Assessoria de Planejamento e Gestão, coordenada por um membro do Ministério Público e composta pela Assessoria para Elaboração e Acompanhamento de Projetos e Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária. Tal alteração ocorreu por reconhecimento da Administração Superior da importância da figura do planejamento em subsidiar o gestor na busca constante da eficácia organizacional, através da disseminação de informações tempestivas e relevantes, alcance de metas e objetivos e da gestão orçamentária, mantendo estas estreita relação com a atividade de planejamento da instituição. De julho de 2013 a outubro de 2014 a AEPG foi chefiada pela Promotora de Justiça Flávia Gomes Cordeiro. Posteriormente assumiu o cargo o Promotor de Justiça Édsel de Oliveira Costa Belleza do Nascimento.

A Assessoria Especial de Planejamento e Gestão além de ordenar a elaboração, a execução, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Planejamento Estratégico Institucional, busca desenvolver mecanismos que permitam maior integração técnica e funcional entre as unidades do Ministério Público do Piauí; coordenar a elaboração, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos planos de ação setoriais e operacionais; coordenar a elaboração, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do PGA – Plano Geral de Atuação; manter intercâmbio, solicitar informações e cooperação de quaisquer órgãos de execução do Ministério Público e demais órgãos da Administração Estadual, Federal e Municipais.

A AEPG participou das reuniões periódicas do Fórum Nacional de Gestão realizadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público nos últimos anos, e também do 3º, 4º e 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público. Nos encontros foram discutidos temas relativos à gestão do Ministério Público brasileiro, em cada uma de suas unidades, e buscou identificar, documentar, avaliar e difundir as melhores experiências resultantes de ações e projetos as quais se considere pertinentes para serem adotadas em âmbito nacional, bem como passíveis de serem intercambiadas.



Participação de equipe do Ministério Público do Piauí em reunião do Fórum Nacional de Gestão, que é coordenado pelo Conselho Nacional do Ministério Público. O Assessor Especial de Planejamento e Gestão, Édsel de Oliveira Costa Belleza do Nascimento (terceiro da esquerda para a direita) também, participou. Abril de 2015.

O compartilhamento dessas informações, o debate, a troca de experiências e o amadurecimento de questões de interesse institucional na área de gestão, não só aproximou as diversas unidades e ramos da instituição, mas principalmente nos têm conduzido à formação de uma consciência e um pensamento institucional catalisadores de nossas boas intenções e norteadores dos rumos a seguir, subsidiando a uniformização e a almejada integração, tornando possível e legítima a construção e execução de projetos comuns, para que o Ministério Público possa enfrentar os desafios contemporâneos, por meio de uma atuação responsável e socialmente efetiva.

- **Assessoria para Elaboração e Acompanhamento de Projetos**

O Ministério Público do Estado do Piauí despertou para o desenvolvimento dos projetos institucionais. A Assessoria tem como objetivo auxiliar membros e servidores na elaboração, gerenciamento e execução dos projetos, tanto os da área finalística quanto os da área administrativa. Para tanto, buscou parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público para realizar um momento de capacitação e apresentação de ideias e projetos nas mais variadas áreas de atuação do MP. Assim nasceu o I Encontro Institucional de Planejamento e Gestão, realizado nos dias 26 e 27 de março de 2014. Na primeira etapa do evento membros da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP e outros convidados conduziram apresentações ligadas à temática do Encontro: Gestão Administrativa, Tabelas Unificadas, Gerenciamento de Projetos e Banco Nacional de Projetos (Prêmio CNMP). Tais discussões foram relevantes para trocar experiências vivenciadas em outros Ministérios Públicos e incentivar a adoção de um planejamento direcionado à missão e visão da instituição.



I Encontro Institucional de Planejamento e Gestão, com a participação de membros do Conselho Nacional do Ministério Público, em março de 2014.

A segunda etapa do Encontro foi marcada por um Workshop, onde os coordenadores dos Centros de Apoio Operacional, Programa de Proteção e Defesa do Consumidor- PROCON e o Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar-NUPEVID, apresentaram os Projetos de suas unidades para o biênio 2014/2015, discriminando as iniciativas, metas, prazos e indicadores para medição do alcance dos objetivos e dos resultados. Dessa forma, os Promotores de Justiça presentes elegeram as temáticas prioritárias para trabalharem em suas respectivas Promotorias e assinaram Termo de Adesão e Compromisso. Assim foi construído o primeiro Plano Geral de Atuação Área Finalística do MP-PI.

O PGA é uma ferramenta administrativa e configura-se como instrumento de planejamento institucional de curto prazo, composto por objetivos com foco exclusivo na atividade-fim, preferen-

cialmente orientados com o objetivo de reunir os esforços dos órgãos de execução, alinhados a outros esforços internos e externos, com o intuito de produzir as transformações requeridas pela sociedade. Desta forma, o Ministério Público do Estado do Piauí avança na consecução dos objetivos estratégicos inicialmente definidos e espera que nos próximos biênios consiga executar o plano de forma eficaz.

PROJETOS PGA
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente - CAODMA
Plano Municipal De Gerenciamento De Resíduos E Disposição Resíduos Sólidos – PMGRS
Licença Ambiental Dos Postos De Combustível
Propaganda Eleitoral E Poluição Sonora
Matadouros Públicos
Controle Social
Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público - CACOP
“O Que Você Tem A Ver Com A Corrupção?”
Municipalização Do Trânsito
Fortalecimento Dos Órgãos De Controle Interno
Regularização Dos Quadros De Pessoal Dos Órgãos Públicos
Portais Da Transparência
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde - CAODS
Prevenção E Combate À Dengue
Prevenir E Tratar - Pessoas Com Transtorno Mental E Usuários De Drogas
Ministério Público No Enfrentamento Às Drogas
Controle Social Na Saúde
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude - CAODIJ
Plano Municipal De Enfrentamento À Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes
Registro Civil (PATERNIDADE/MATERNIDADE)
Implementação Do Plano Municipal De Atendimento Socioeducativo – Lei Nº 12.594/12
Programa Família Acolhedora
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso - CAODPCDI
Educação Inclusiva De Alunos Com Necessidades
Educacionais Especiais
Empréstimo Consignado Para Pessoas Idosas
Acessibilidade Em Prédios Públicos Para Pessoas Com
Deficiência E Idosos
Controle Social
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania - CAODEC
Cidadania Nas Escolas
Fiscalização De Verbas Do Fundeb
Programa Nacional De Alimentação Escolar
Atuação Junto Ao Pnate

Centro de Apoio Operacional de das Promotorias de Justiça Criminais - CAOCRIM

Estruturação Das Delegacias De Polícia Em Cada Comarca Com As Condições Adequadas De Funcionamento

Aumentar A Quantidade De Ips Produzidos Pela Polícia Civil Do Piauí

Monitoramento Dos Processo Criminais Instaurados E Não Julgados

Criação E Conselhos De Segurança Nos Municípios

Do Piauí – Controle Social

Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON

Municipalização Do Programa De Proteção E Defesa Do Consumidor

Educação Para O Consumo: Formando O Consumidor Consciente

Fiscalização De Combustíveis E Gás Liquefeito De Petróleo - Glp

Adequação Dos Serviços Públicos: Água E Energia Elétrica

Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher

Vítima de Violência Doméstica e Familiar - NUPEVID

Interiorização Da Lei Maria Da Penha

A Lei Maria Penha Nas Escolas: Desconstruindo A Violência, Construindo Diálogos

Banco de projetos CNMP

O Conselho Nacional do Ministério Público desenvolveu um sistema onde cada unidade do MP brasileiro pode cadastrar suas iniciativas bem sucedidas no Banco Nacional de Projetos e concorrer ao Prêmio CNMP, que ocorre anualmente no Congresso Nacional de Gestão. O intuito do Banco é facilitar que cada instituição possa expor suas atividades exitosas em todo o território nacional e ser fonte de inspiração dessas ações eficazes dos Ministérios Públicos, além de reconhecer o empenho e trabalho de membros e servidores. Em 2014 o MP-PI iniciou o registro de seus trabalhos no sistema nacional e inscreveu dez projetos para concorrer ao Prêmio.

Caravana do MPPI: fortalecimento dos instrumentos de controle social.

Capacitação e Minicursos para conselheiros tutelares, professores e demais membros da sociedade de 13 cidades do Piauí, além de atendimento ao público.

Proposta Orçamentária 2014: por um Piauí melhor e mais justo.

Apresentação de proposta mais transparente e em modelo de livro ilustrado, com a descrição da atuação do MPPI e demonstração da evolução no repasse orçamentário aos demais poderes nos últimos anos, bem como a necessidade de mais recursos para realização dos projetos institucionais, capacitações e gastos com pessoal.

Atuação integrada nos casos envolvendo portadores de transtorno mental e/ou em conflito com a lei.

Projeto que visou garantir condições dignas de tratamento médico e de acomodação aos portadores de transtorno mental e/ou em conflito com a lei internados por ordens judiciais, além da otimização das possibilidades de reabilitação e reinserção social dos mesmos.

Acompanhamento psicológico de Promotores de Justiça em estágio probatório.

Averiguação e desenvolvimento das competências psicológicas que influenciam o desempenho do cargo de Promotor de Justiça.

Interiorização da Lei Maria da Penha

Desenvolvimento de ações de enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher em todos os municípios do Piauí através do fortalecimento da rede de enfrentamento, com visitas, palestras e elaboração de projetos.

Laboratório Maria da Penha

Em parceria com Instituições de Ensino Superior, os estudantes de diferentes cursos podem acompanhar audiências, auxiliar no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e, ainda, fazer grupos de estudos da Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha nas escolas: desconstruindo a violência, construindo diálogos.

Capacitação de professores de escolas públicas sobre o tema de violência contra a mulher (abordagem jurídica, psicológica e social), visando formar multiplicadores de conhecimento aos alunos, pais e demais profissionais dos colégios.

Cronos: controle de prazos em processos com presença de réus presos.

Planilha desenvolvida (sem custos) para controle de prazos processuais.

I Encontro Institucional de Planejamento e Gestão

Capacitação CNMP e Workshop de projetos. Publicação do PGA como resultado.

Desenvolvimento e Liderança

Treinamento de desenvolvimento e liderança- DL, para 42 servidores ligados à área administrativa.

Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária

A Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária tem a missão institucional de coordenar o processo de gestão orçamentária e produzir informações para a tomada de decisões que colaborem com a condução do Ministério Público ao equilíbrio orçamentário e respeito à responsabilidade fiscal. Desde então, vem realizando uma série de ações voltadas para o planejamento orçamentário do Órgão, dentre as quais destacam-se:

- Elaboração de relatórios mensais e estatísticas para o acompanhamento e controle da execução orçamentária;
- Acompanhamento no Diário Oficial do Estado das matérias relacionadas à abertura de créditos adicionais, à manutenção do equilíbrio fiscal e ao planejamento orçamentário do Estado do Piauí;
- » Constante intercâmbio com a Secretaria de Planejamento do Estado para a utilização e funcionamento adequado do Sistema de Navegação e Segurança de Acesso (SISNAV), visando o acompanhamento das adequações e alterações orçamentárias;
- Acompanhamento sistemático da execução de despesas, mediante a elaboração de estimativas de impacto orçamentário-financeiro e da manutenção de uma memória do que já foi decidido em termos de comprometimento para os períodos seguintes, de forma a subsidiar a elaboração dos orçamentos posteriores e permitir melhor dimensionamento quanto à inclusão de novos investimentos;
- Análise de processos de aquisição de bens e serviços e emissão de pareceres orçamentários acerca da adequação e compatibilidade da realização das despesas com as leis orçamentárias, bem como a definição da classificação funcional-programática das despesas a serem realizadas; (312 pareceres em 2013, 746 pareceres em 2014 e 280 pareceres em 2015);
- Elaboração de diversas estimativas do impacto orçamentário-financeiro dos projetos do MPPI, acompanhados das premissas e metodologia de cálculo (memória), para definição dos componentes e dos valores exigidos na LRF;
- Colaboração na elaboração de programas, planos e projetos internos em adequação às diretrizes

estabelecidas no planejamento orçamentário;

- Elaboração, revisão e acompanhamento das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas para o Ministério Público no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, organizando a atuação do Ministério Público para o cumprimento de sua missão, através da definição de Programas Temáticos e de Gestão.

» **2012-2015 – Lei nº 6.154 de 05 de janeiro de 2012.**

- Elaboração, revisão e acompanhamento das metas e prioridades estabelecidas para o Ministério Público nas Leis de Diretrizes Orçamentárias dos respectivos anos:

» **2012 – Lei nº 6.098, de 03 de agosto de 2011;**

» **2013 – Lei nº 6.252, de 03 de agosto de 2012;**

» **2014 – Lei nº 6.398, de 20 de agosto de 2013;**

» **2015 – Lei nº 6.576, de 30 de julho de 2014.**

- Elaboração e envio das propostas orçamentárias do período para a Assembleia Legislativa do Estado e acompanhamento da execução dos valores aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias:

ANO	LEI ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO APROVADO	
		UO - 25101	UO - 25102
2011	Lei nº 6.037, de 30 de dezembro de 2010.	R\$ 93.712.825,00	R\$ 277.175,00
2012	Lei nº 6.155, de 05 de janeiro de 2012.	R\$ 105.076.706,00	R\$ 1.432.900,00
2013	Lei nº 6.305, de 10 de janeiro de 2013.	R\$ 118.910.316,00	R\$ 512.000,00
2014	Lei nº 6.477, de 16 de janeiro de 2014.	R\$ 137.872.566,00	R\$ 541.184,00
2015	Lei nº 6.610, de 29 de dezembro de 2014.	R\$ 165.722.824,00	-



O Ministério Público do Estado do Piauí, todos os anos, promove uma ampla campanha pela valorização de seu orçamento, para que a instituição preste um serviço de excelência à sociedade. Na foto, a Procuradora-Geral, Zélia Saraiva Lima, defende a proposta orçamentária junto à Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa. Dezembro de 2014.

Convêm esclarecer que, até o exercício financeiro de 2014, o MPPI possuía três unidades orçamentárias(UO), responsáveis por gerir os recursos aprovados para o Órgão, quais sejam:

- » 25101 – Procuradoria-Geral de Justiça;
- » 25102 – Fundo de Modernização do Ministério Público;
- » 25103 – Corregedoria-Geral do Ministério Público.

A partir do exercício financeiro de 2015, em razão da reformulação da estrutura organizacional e administrativa, as dotações orçamentárias passaram a ser executadas dentro apenas de duas Unidades Orçamentárias: Procuradoria-Geral de Justiça (25101) e Fundo de Modernização do Ministério Público (25102).

Durante todo o período, a Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária participou constantemente das discussões acerca da distribuição de recursos e aprovação dos Projetos de Lei Orçamentária, apresentando informações detalhadas do planejamento traçado, metas e prioridades do MPPI, conforme dados constantes da lei de diretrizes orçamentárias, instrumento já tradicional para início do processo orçamentário.

A Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária tem também procurado fortalecer o processo de discussão acerca da aprovação do orçamento anual, perseguindo maior incremento nos repasses. No processo de discussão e aprovação das propostas orçamentárias dos dois últimos anos (2014 e 2015) adotou uma metodologia mais didática para apresentação das propostas orçamentárias, com maiores detalhamentos do planejamento traçado e dos projetos que buscam modernizar a gestão do MPPI.

O MPPI obteve um incremento total de 76,84% no repasse orçamentário em 4 anos e contribuiu, desta forma, para o desempenho do seu papel institucional.



Capas das últimas propostas orçamentárias apresentadas pela Procuradoria-Geral de Justiça.

2.1.2. CEAF

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF é órgão auxiliar do Ministério Público, previsto no art. 62 da Lei Complementar nº 12/1993 e instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí pelo Ato PGJ nº 473/2013, em 13 de julho de 2013. É vinculado diretamente ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça. Desde a sua implantação é dirigido pela Procuradora de Justiça Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Teve como Coordenadoras Pedagógicas as Promotoras de Justiça Lia Prado e Silva Burgos, de julho/2013 a agosto/2014, e Maria Eugênia Gonçalves Bastos, de setembro/2014 até os dias atuais.

Possui como objetivo geral a realização de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, encontros, estudos e publicações visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais, através da elaboração de um Plano de Capacitação de Membros e Servidores anual que elenque e delimite as ações pertinentes, com o objetivo de proporcionar ao potencial humano da Instituição oportunidades de crescimento pessoal e profissional, possibilitando a reflexão, a integração e a apreensão de novas habilidades a serem aplicadas às rotinas de trabalho, indo ao encontro das ações do Planejamento Estratégico e aos fins institucionais.

Durante o ano de 2013, com poucos meses de funcionamento, o CEAF promoveu uma série de atividades relevantes para o fortalecimento do Ministério Público do Estado do Piauí e sua aproximação da sociedade.

O CEAF foi responsável pelo planejamento e execução da Primeira Caravana do Ministério Público do Estado do Piauí, em parceria com a Assessoria de Planejamento e Gestão, e apoio da Corregedoria Geral do MPPI, da Ouvidoria Geral do MPPI e dos Centros de Apoio Operacional, com o objetivo de fortalecer o controle social da gestão dos recursos públicos, no intuito de coibir a corrupção, através da capacitação dos Conselhos Sociais, bem como fomentar a aproximação entre os membros do Ministério Público e a sociedade. A Caravana ocorreu no período de 22 de Setembro a 25 de Novembro de 2013 e contemplou as seguintes cidades:

- CORRENTE: 129 pessoas capacitadas;
- BOM JESUS: 137 pessoas capacitadas;
- SÃO RAIMUNDO NONATO: 128 pessoas capacitadas;
- URUÇUI: 150 pessoas capacitadas;
- SÃO JOÃO DO PIAUÍ: 267 pessoas capacitadas;
- FLORIANO: 90 pessoas capacitadas;
- PICOS: 253 pessoas capacitadas;
- ÁGUA BRANCA: 206 pessoas capacitadas;
- CAMPO MAIOR: 127 pessoas capacitadas;
- VALENÇA: 211 pessoas capacitadas;
- BARRAS: 105 pessoas capacitadas;
- PARNAÍBA: 102 pessoas capacitadas;
- TERESINA: 110 pessoas capacitadas;
- TOTAL: 2015 pessoas capacitadas.



Caravana do Ministério Público na comarca de Picos.

Eventos realizados em 2013

Evento Realizado	Período	Carga Horária
Palestra: Experiências no Tribunal do Júri. Palestrante: Dr. Roberto Tardelli	28/08/13	8hs/aula
Lançamento da Caravana do MPPI. Palestra: O Ministério Público e Conselhos Sociais: parceria em prol do fortalecimento da democracia. Palestrante: Dr. Márcio Soares Berclaz	13/09/13	4h/aula
1º Encontro Regional-Ministério Público, MEC e Ministério da Cultura-FUNDEB	19 e 20/09/2013	16h/aula
Curso de Vitaliciamento dos Promotores de Justiça Substitutos	28 e 29/11/2013	16h/aula
Lançamento da Campanha “Conte até 10”	30/10/13	4h/aula
Dia do servidor	29/10/13	4h/aula
Dia Nacional do Ministério Público	13/12/13	4h/aula

Em 2014, dentre outras realizações, o CEAF aderiu ao Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CDEMP, visando a firmar parcerias e realizar o intercâmbio de informações, com vistas à qualificação de membros e servidores em sintonia com as diretrizes do Ministério Público brasileiro, além de ter participado da 4ª e da 5ª Reunião Ordinária do Colégio. Disponibilizou mídia no site do MPPI, com 14 vídeo-aulas do curso sobre “Propaganda, Ações e Recursos Eleitorais”, produzidas pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMP), que contribuiu para atuação de membros e servidores nas eleições gerais de 2014. Ofereceu curso de “Atualização de Direito de Trânsito e Segurança Viária”, transmitido simultaneamente pelo portal do MP/MG e link no portal MPPI, com vagas para membros, servidores, estagiários, policiais civis e militares e público em geral.

Eventos Realizados em 2014

Evento Realizado	Período	Carga Horária	Número de Participantes
II Estágio de Adaptação para Promotores Substitutos	03 a 14 de fevereiro	92 (noventa e duas) horas/aula	8
Curso de Vitaliciamento para Promotores Substitutos	29 de maio	08 (oito) horas/aula	18
Curso Sobre Questões Práticas de Direito Eleitoral	26 de setembro	02 (duas) horas/aula	14
III Estágio de Adaptação de Promotores Substitutos	20 a 24 de outubro	26 (vinte e seis) horas/aula	4
Curso de Inteligência Emocional Aplicada à Resolução de Conflitos	11 de setembro	08 (oito) horas/aula	45
Comemoração ao Dia do Ministério Público	12 de dezembro	4 (quatro) horas/aula	71
Acompanhamento dos membros em Vitaliciamento no “Encontro Institucional de Planejamento e Gestão”	26 e 27 de março	16 (dezesesseis) horas/aula	50
Acompanhamento de membros em fase de vitaliciamento no “Congresso Iberoamericano de Direito Eleitoral e IV Congresso de Ciência Política e Direito Eleitoral do Piauí”	26 a 28 de maio	50 (cinquenta) horas/aula	19

No primeiro semestre de 2015, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional promoveu vários cursos e atividades de grande relevância visando o aprimoramento funcional de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí. Foi elaborado o Plano Anual de Capacitação (PAD) – 2015/2016 e realizado Processo Seletivo para Estagiários em Campo Maior, Parnaíba, Floriano, Corrente, Bom Jesus, Piripiri, Picos e Oeiras. Ademais, em parceria com a Assessoria de Planejamento e Gestão, foi desenvolvido o Projeto da Biblioteca do Ministério Público. Outro projeto desenvolvido pelo CEAf é a criação do coral da instituição.



Aplicação de provas do processo seletivo de estagiários, coordenado pelo CEAf. Junho de 2015.

Eventos Realizados – Primeiro semestre 2015

Evento Realizados	Período	Carga Horária	Número de Participantes
IV Estágio de Adaptação para Promotores Substitutos	02 a 06 de fevereiro	32 (trinta e dois) horas/aula	03 membros participantes
Curso de Resíduos Sólidos Gerenciamento e Fiscalização	05 de fevereiro	08(oito) horas/aula	50 membros participantes
Curso de Atenção Primária à Saúde	06 de fevereiro	08(oito) horas/aula	50 membros participantes
Curso de Tratamento Adequado de Conflitos no Âmbito do MP	12 e 13 de março	12 (doze) horas/aula	60 membros participantes
Práticas de Redação Oficial/ Teresina (PI)	23 a 26 de março	16 (dezesesseis) horas/aula	30 servidores participantes
Curso PNLD – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	24 a 26 de março	17 (dezesete) horas/aula	105 membros participantes
Reunião Temática	17 de abril	04 (quatro) horas/aulas	40 membros participantes
Práticas de Redação Oficial/ Parnaíba (PI)	27 e 28 de abril	16 (dezesesseis) horas/aula	30 membros participantes
Encontro institucional “O papel do Conselho Nacional do Ministério Público no fortalecimento do Ministério Público Brasileiro	29 de junho	04 (quatro) horas/aulas	80 participantes, entre membros e servidores
Curso de Instrumentalização do Combate à Improbidade Administrativa	03 de julho	08(oito) horas/aula	50 membros participantes



Curso sobre Tratamento Adequado de Conflitos no âmbito do Ministério Público, ministrado pela Promotora de Justiça Danielle Arlé, do MP/MG.

2.2. Subprocuradoria–Geral de Justiça

A Subprocuradoria-Geral de Justiça do MPPI foi comandada no primeiro biênio de gestão pelo Procurador de Justiça Alípio de Santana Ribeiro e chefiada, no segundo biênio, pelo Procurador de Justiça Luís Francisco Ribeiro. No âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí o Subprocurador Geral de Justiça é o substituto legal do Procurador Geral de Justiça nos casos de faltas, impedimentos, licenças e férias deste, de acordo com o §10º do art. 9º e o parágrafo único do art. 14, todos da Lei Complementar Estadual nº 12/1993.



Em dezembro de 2012, ainda no exercício do cargo de Subprocurador-Geral de Justiça, Alípio de Santana Ribeiro foi agraciado com a Medalha do Mérito do Ministério Público.

A Subprocuradoria Geral de Justiça, nos termos do art. 33 do Ato PGJ nº 183, de 03/12/2010, era o órgão do Ministério Público do Estado do Piauí com a atribuição de auxiliar o Gabinete do Procurador Geral de Justiça, especialmente acompanhando os procedimentos de interesse desta instituição junto ao Conselho Nacional do Ministério Público e elaborando, quando necessário, as manifestações adequadas.

Esse órgão também era incumbido de fornecer informações técnico-jurídicas solicitadas pelas unidades administrativas no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça, bem como de desempenhar outras atividades que lhe fossem atribuídas.

Com advento do Ato PGJ nº 479, de 20/06/2014, as atribuições da Subprocuradoria Geral de Justiça foram alteradas, de modo que a atividade consistente em prestar auxílio ao Gabinete do Procurador Geral de Justiça em relação aos assuntos do Conselho Nacional do Ministério Público foi transferida a outra unidade administrativa, a saber, a Assessoria Especial Administrativa.



Luís Francisco Ribeiro (à esquerda na foto), que também ocupou o cargo de Subprocurador-Geral de Justiça, representava a Procuradora-Geral de Justiça quando esta não podia comparecer a eventos e reuniões. Foi ele que conduziu a inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça de Corrente, em dezembro de 2014.



A Procuradora de Justiça Rosangela de Fátima Loureiro Mendes foi nomeada Subprocuradora-Geral de Justiça em maio de 2015, sendo a última a ocupar o cargo na gestão da PGJ Zélia Saraiva Lima.

ANO	Saldo Inicial	Recebidos no ano	Analizados	Saldo Final	Produtividade
2011	0	251	202	49	80,48%
2012	49	171	196	24	114,62%
2013	24	203	192	35	94,58%
2014	35	78	86	27	110,25%

2.3. Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão da Administração Superior do Ministério Público, presidido pela Procuradora-Geral de Justiça e composto por todos os Procuradores de Justiça membros do Ministério Público do Estado do Piauí. A sua importância se verifica na medida em que compete ao referido colegiado, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.12/93, atribuições relevantes para o aprimoramento da atuação do Parquet.

Quanto às deliberações do Colégio de Procuradores, estas são tomadas por maioria simples de voto, presente mais da metade de seus integrantes, cabendo ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade, exceto na hipótese de punição disciplinar, em que preponderará a solução mais favorável ao acusado.



Sessão do Colégio de Procuradores de Justiça.

Sessões e Resoluções Aprovadas

Sessões Realizadas	DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
	Ordinárias	4	9	10	10	3
	Extraordinárias	3	3	5	3	1
	Solenes	1	2	2	1	1
Resoluções Aprovadas		2	10	7	4	3

Atuação do Colégio de Procuradores de Justiça

	DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014
Processos	Conhecidos	-	6	8	6
	Tramitando	-	3	2	2
Processo Administrativo Disciplinar (Recurso)		5	2	-	2

2. 4. Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí é órgão da Administração Superior e de execução do Ministério Público. É responsável pela homologação de arquivamento de processos administrativos, concessão de licenças, julgamento de processos administrativos disciplinares, movimentação na carreira ministerial, entre outras deliberações.



Posse dos atuais membros do Conselho Superior do Ministério Público, em 10 de janeiro de 2014

Rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, atos regulamentares do Conselho Nacional do Ministério Público e normas específicas do seu Regimento Interno.

O Conselho Superior tem sede na Procuradoria-Geral de Justiça, 4º andar, sendo que as sessões são realizadas no Plenário “Manoel da Costa Nunes”, localizado no mesmo piso. Ressalte-se que,

no segundo semestre de 2013, a Secretaria do Conselho Superior, que anteriormente funcionava na mesma sala onde funciona a Secretaria-Geral, com o apoio e esforço pessoais da Procuradora-Geral, passou a ter sala e estrutura próprias, o que contribuiu muito para uma melhor organização do setor e um melhor atendimento aos membros e aos próprios Conselheiros. Hoje, a Secretaria do Conselho Superior permanece apenas interligada à Secretaria-Geral, como forma de facilitar os trabalhos da Secretária do Colegiado, que é também Secretária-Geral.

Sessões e Resoluções Aprovadas

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Sessões Realizadas	31	40	35	35	14
Resoluções Aprovadas	4	4	4	1	2
Recomendações	1	-	-	-	-
Editais	46	151	90	56	34

Atuação do Conselho Superior do Ministério Público

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Titularizações de Promotores(as) de Justiça Substitutos	-	-	0	0	0
Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Inicial	-	-	0	0	0
Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Intermediária	6	2	4	0	0
Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Final	2	11	11	2	2
Remoção para Entrância Inicial	4	5	2	0	0
Remoção para Entrância Intermediária	3	7	11	1	3
Remoção para Entrância Final	1	9	7	1	8
Permuta	2	5	1	1	1

Discriminação dos Processos do Conselho Superior do Ministério Público

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Procedimento Administrativo Disciplinar (Julgamento)	4	6	5	1	1
Concessão de Licenças acima de 15 dias	14	12	7	14	6
Sindicâncias (Instauração)	-	-	1	0	0
Relatórios de Correição apreciados	25	66	47	32	23
Relatórios de Inspeção apreciados	5	22	16	12	8
Recolocação na Lista de Antiguidade	-	1	2	0	0
Residência Fora da Comarca	2	5	4	2	0
Moção	4	8	7	3	1
Voto de pesar	5	5	1	5	4
Relatórios de Esforço Concentrado apreciados		-	2	4	0



Colégio de Procuradores de Justiça em maio de 2015.



Ouvidoria

O que é

A Ouvidoria foi criada por meio da Lei Complementar nº 48, de 13 de julho de 2005, para ser um canal aberto de comunicação com a sociedade, atuando como a porta de entrada do cidadão ao Ministério Público. Tem como objetivo fortalecer a cidadania e elevar, continuamente, os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pela Instituição. No período de janeiro a outubro de 2012 o MPPI teve como Ouvidora a Procuradora de Justiça Martha Celina de Oliveira Nunes. A partir de novembro de 2012 o cargo de Ouvidora do Ministério Público do Estado do Piauí foi assumido pela Procuradora de Justiça Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues.

Incumbe à Ouvidoria receber denúncias, reclamações, críticas, pedidos de informação, sugestões e elogios relacionados à prestação de serviços e às atividades administrativas do Ministério Público do Estado do Piauí, encaminhando-os aos órgãos ministeriais responsáveis e informando aos interessados as soluções adotadas.

A Ouvidoria não dispõe de poderes correicionais, não interfere nem substitui as atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Como canais para contato, a Ouvidoria possui:

- o link no site do Ministério Público (www.mppi.mp.br), contendo, além de informações gerais, formulário de manifestação online e link para acompanhamento das manifestações pelo cidadão, criados para que o manifestante possa preencher os campos com os dados necessários e expor sua manifestação com maior segurança e agilidade, além de obter informações sobre os encaminhamentos dados;
- o e-mail ouvidoria@mp.pi.br;
- o telefone de número 127 (chamadas gratuitas para o cidadão), que representa um avanço na facilitação do contato do cidadão com o MPPI. Anteriormente, o número da Ouvidoria era 08000-864550, mudado para o tri-dígito 127 por solicitação à operadora de telefonia responsável;
- os ramais 3216-4563 e 3216-4589.
- **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)** - Em maio de 2013, atendendo às determinações da Lei

de Acesso à Informação (Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011), foi criado o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, objetivando atender e orientar quanto ao acesso a informações, conceder o acesso imediato aos dados disponíveis e informar sobre a tramitação de documentos, oferecendo aos cidadãos acesso às informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, nos termos do art. 5º, XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil. Cabe ressaltar que o SIC do MPPI está em funcionamento no mesmo espaço físico da Ouvidoria e pode ser contatado pessoalmente ou pelo telefone 127, pelos ramais 3216-4563 e 3216-4589, além do e-mail sic@mppi.mp.br e de formulário eletrônico na página do SIC, no sítio do MPPI.

- **Urnas Coletoras de Manifestações** - Considerando a necessidade de estabelecer um canal permanente de comunicação do cidadão com os diversos órgãos Ministeriais, por meio da Ouvidoria, imprimindo maior visibilidade à mesma, foram instaladas 60 (sessenta) urnas coletoras de denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios, em lugares estratégicos de grande afluência de pessoas em todo o Estado do Piauí.
- **Sistema eletrônico de gerenciamento e acompanhamento de manifestações** – Implementou-se o sistema eletrônico de controle e acompanhamento das manifestações realizadas no âmbito da Ouvidoria, no qual são gerenciados todos os dados relativos às solicitações do manifestante. A manifestação, ao ser cadastrada neste sistema, recebe um número próprio de processo, que é disponibilizado ao manifestante e pode ser utilizado no acompanhamento, via internet, das movimentações feitas em sua demanda.
- **Rede de Cooperação Técnica entre Ouvidorias** - A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí, juntamente com Ouvidoria do Governo do Estado, Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho e Ordem dos Advogados do Brasil, todos do Estado do Piauí, se reuniram e assinaram o Acordo de Cooperação Técnica para formar a Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí, que tem como principal objetivo difundir estas Ouvidorias como um efetivo instrumento de democracia e melhoria da gestão pública, além de suprimir lacunas existentes em razão das limitações de competência de cada órgão. Neste sentido, foi lançada a cartilha educativa da Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí, que contém informações importantes e precisas sobre todas as ouvidorias integrantes desta rede.

Ainda buscando a praticidade, eficiência e agilidade nos serviços prestados à sociedade, a Ouvidoria do Ministério Público do Piauí agora tem à disposição veículo automotivo e motorista exclusivos, que possibilitam maior agilidade e presteza na realização dos trabalhos externos.

ATIVIDADES E EVENTOS RELEVANTES

- Divulgação dos objetivos, atuação e formas de contato com a Ouvidoria do MPPI, mediante a distribuição de folders informativos em eventos nos quais a Ouvidoria se faz presente.
- 12ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público – CNOMP, no dia 16 de março de 2012, na cidade de Porto Alegre/RS, onde foram explanadas questões sobre o crescimento e desenvolvimento, as características e atribuições das diversas Ouvidorias existentes, seus paradigmas e suas transformações.
- XII Congresso Brasileiro do Ministério Público do Meio Ambiente, nos dias 18 a 20 de abril de 2012 – Brasília/DF, o mais importante fórum de discussões do Ministério Público Brasileiro do Meio Ambiente e do Direito Ambiental do País, dedicado ao debate da própria atuação ministerial, o papel da justiça, a legislação ambiental, o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental;

- 13ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, no dia 16 de junho de 2012, promovido pelo Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público – CNOMP, na cidade de Recife/PE;
- 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, no dia 02 de agosto de 2012, na cidade de Canela/RS, além das atividades do XI Congresso Estadual do Ministério Público do RS, um importante evento que acontece a cada dois anos, e que teve como tema “O Ministério Público e as perspectivas no novo século”;



A Procuradora de Justiça Martha Celina de Oliveira Nunes esteve à frente da Ouvidoria no ano de 2012.

- 14ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público nos dias 13 e 14 de setembro de 2012, na cidade de Florianópolis/SC;
- 15ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, realizada nos dias 22 e 23 de novembro de 2012 na cidade do Rio de Janeiro (RJ);
- Encontro da Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Piauí no período de 27 a 30 de novembro de 2012.
- 6º Evento Ministério Público – Ação Nacional, em São Luís – MA, nos dias 25 e 26 de abril de 2013, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- 17ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), realizado em Cuiabá – MT, nos dias 06 e 07 de maio de 2013;

- Participação nos encontros da Justiça Itinerante, do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI);
- Participação em sucessivas reuniões com ouvidores de várias esferas do poder estadual e federal, que objetivaram fomentar a criação de uma rede de dados interligando todas as ouvidorias participantes, atuando no sentido de dividir informações e métodos de trabalho.
- 1º Encontro Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, realizado no dia 02 de julho de 2013 em Brasília-DF;
- 18ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), realizada em Boa Vista – RR, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013;
- Seminário de Construção de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, entre os dias 12 a 14 de setembro de 2013, no município de Picos-PI;
- Lançamento da “Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí” e de sua respectiva cartilha, realizado no dia 18 de outubro de 2013, em Teresina - PI;
- XX Congresso Nacional do Ministério Público, com o tema: “25 ANOS DO NOVO MINISTÉRIO PÚBLICO: A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE”, realizado em Natal- RN, no período de 30 de outubro a 02 de novembro de 2013.
- 19ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, realizada no dia 30 de outubro de 2013, em Natal-RN.
- Participação na “Caravana do Ministério Público”, evento realizado em 13 municípios do Estado do Piauí (Corrente, Bom Jesus, São Raimundo Nonato, Uruçuí, Floriano, São João do Piauí, Picos, Água Branca, Campo Maior, Valença, Parnaíba, Barras e Teresina), entre o período de setembro a novembro de 2013.
- 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNMP) no dia 04 de fevereiro de 2014, em Brasília- DF;
- XX Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público(CNOMP), nos dias 27 e 28 de março de 2014, em Ouro Preto- MG;
- XXII Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), nos dias 02 e 03 de outubro de 2014, em Belém- PA;
- XXIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), nos dias 27 e 28 de novembro de 2014, em Teresina- PI;
- Reunião do CNOMP com o CNPG, no dia 16 de dezembro de 2014, em Brasília- DF.
- II Encontro Nacional de Ouvidores do Ministério Público, no dia 20 (vinte) de março de 2015, em Brasília-DF.
- XXIV Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), realizada nos dias 09 e 10 de abril de 2015, em Bonito/MS.

- Instalação da Nova Sede da Promotoria de Justiça da cidade de Regeneração- PI, no dia 01 de junho de 2015.

DADOS ESTATÍSTICOS

No ano de 2012 a Ouvidoria recebeu 943 (novecentas e quarenta e três) manifestações de usuários. Esse total corresponde a uma média de 03 (três) a 04 (quatro) ocorrências por dia útil, sendo que 25,36% dessas manifestações são de origem interna (membros e servidores) e 74,64% de origem externa (população de um modo geral).

Já no exercício do ano 2013 a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí recebeu 1.114 (mil, cento e quatorze) manifestações, o que representa uma média de 05 (cinco) manifestações por dia. Muitas dessas manifestações foram realizadas diretamente pelo requerente, via internet, através do e-mail da Ouvidoria ou do formulário de manifestação disponível no site do MP/PI. Outras foram recebidas por telefone, através do tri-dígito 127 ou dos ramais e, em alguns casos, por meio de atendimento pessoal realizado no Órgão. Ocorreram, também, atendimentos que, por sua natureza, não puderam ser contabilizados, pois não foram registrados no sistema.

Cabe salientar que, a partir de 1º de outubro de 2013, conforme deliberação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) houve a padronização das classificações das manifestações recebidas e sua conceituação, para que houvesse entendimento comum no momento da classificação. A opção quanto ao tipo de manifestação/assunto, quando realizado diretamente pelo formulário eletrônico disponível no sítio do MP-PI, foi escolha do próprio requerente.

Em 2014 foram contabilizadas 1.323 (mil, trezentos e vinte e três) manifestações, sendo 597 via e-mail, 674 por telefone, 50 atendimentos pessoais e apenas 02 por outros meios de comunicação entre a Ouvidoria e sociedade. É perceptível que nos últimos anos grande parte dos manifestantes tem preferido utilizar a internet, seja diretamente, através do e-mail da Ouvidoria, ou pelo formulário eletrônico de manifestação, situado no sítio do Ministério Público do Estado do Piauí. Devido a isso, foi realizada uma atualização da página da Ouvidoria no site, contendo informações claras e precisas sobre as atividades da Ouvidoria, bem como acesso direto aos links “Formulário eletrônico” e “Consulta de Processo Ouvidoria”. No mesmo ano a Ouvidora do MP-PI, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, foi eleita Vice-Presidente Regional do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público - Região Nordeste.

No primeiro semestre de 2015 foram recebidas 644 manifestações, dentre as quais 298 foram realizadas via e-mail e 309 por telefone. No mesmo período, a Ouvidoria do MPPI realizou ações que auxiliaram no desenvolvimento dos serviços realizados pelo órgão, tais como: reunião com os integrantes da Rede de Ouvidorias do Estado (Representantes e Ouvidores do Tribunal de Justiça; Tribunal Regional do Trabalho; Ouvidora-Geral do Estado; Vice-Presidente do TCE/PI; Representante da Ouvidoria do TCE/PI; Conselheira e ex-Ouvidora do TCE/PI, Sra. Lilian Martins), reunião com representantes dos maiores Municípios do Estado (Teresina, Piripiri, Parnaíba, Picos, Oeiras, Esperantina e Pedro II) para apresentação da Cartilha lançada pela Ouvidoria do MPPI e Tribunal de Contas do Estado do Piauí, intitulada “Ouvidoria: Primeiros Passos: Um guia completo para implantação ou implementação de Ouvidorias Municipais”.

Observa-se que, dentre as demandas da Ouvidoria, destacam-se os pedidos de informação/providência, seguidos das denúncias que, em sua maioria, versam sobre irregularidades que exigem a análise e adoção de medidas pelos órgãos de execução do MP. Importante frisar que, em determina-

dos casos, por não serem as manifestações relativas a matéria de atribuição do Ministério Público do Piauí, as demandas foram encaminhadas aos órgãos externos competentes para análise do pleito, com as devidas orientações ao manifestante.



A Procuradora de Justiça Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, atual Ouvidora do MP/PI, recebeu homenagem do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, em reconhecimento pelo trabalho realizado. Na mesma oportunidade, a Procuradora foi eleita Vice-Presidente Regional do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público - Região Nordeste. Abril de 2014.



O Ministério Público do Estado do Piauí organizou a XXIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, realizada em novembro de 2014.



Participação da Ouvidoria na Caravana do Ministério Público.
Comarca de Bom Jesus, novembro de 2013.



Coordenadorias Técnicas

4.1 Coordenadoria de Recursos Humanos

A Coordenadoria de Recursos Humanos da Procuradoria Geral de Justiça tem sua estrutura definida no Ato PGJ 479/2014, sendo composta por: Assessoria para Pagamento de Pessoal, Divisão de Cálculo, Divisão de Administração de Pessoal, que abrange a Seção de Membros, Seção de Servidores e Seção de Estagiários, e a Divisão de Desenvolvimento Humano, Bem-estar e Segurança do Trabalho.

Compete à CRH supervisionar, coordenar, gerir, executar e pesquisar matérias relacionadas com a gestão de Recursos Humanos; empreender ações que propiciem o desenvolvimento profissional dos membros e servidores do MPPI, colaborando, quando for o caso, com outras unidades que desenvolvam ações de aprimoramento técnico e cultural de membros e servidores; identificar as necessidades das unidades, otimizando o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis; coordenar, supervisionar e controlar a guarda dos documentos inerentes à gestão de pessoal do MPPI, para efeitos de pagamento e histórico profissional; elaborar relatório sobre membros e servidores em iminente situação de aposentadoria compulsória.

A Coordenadoria é responsável pelo registro e controle da vida funcional de 673 (seiscentos e setenta e três) colaboradores do quadro de Pessoal ativo da Procuradoria-Geral de Justiça, sendo 166 (cento e sessenta e seis) membros, 72 (setenta e dois) analistas ministeriais, 139 (cento e trinta e nove) técnicos ministeriais, 05 (cinco) auxiliares ministeriais, 01 (um) assistente técnico, 79 (setenta e nove) servidores comissionados, 36 (trinta e seis) militares à disposição do MP-PI, 128 (cento e vinte e oito) estagiários, 35 (trinta e cinco) servidores cedidos ao MPPI e 13 (treze) servidores sub judice. Os servidores efetivos do Ministério Público do Estado do Piauí estão lotados em Teresina e nas seguintes cidades: Piri-piri, Parnaíba, Picos, Floriano, Corrente, Campo Maior, José de Freitas, Oeiras, São Raimundo Nonato, Altos, Barras, Bom Jesus, Paulistana, Pedro II, Piracuruca, União, Água Branca, Alto Longá, Castelo do Piauí, Fronteiras, Regeneração, Valença, Esperantina, Paulistana, Demerval Lobão, Fronteiras, Castelo do Piauí, Pedro II, São João do Piauí e Uruçuí.

A Divisão de Administração de Pessoal coordena a organização e atualização do cadastro qualitativo e quantitativo dos membros e servidores, ativos e inativos, do MPPI e pensionistas; mantém

registro atualizado da lotação nominativa dos servidores; emite declarações, certidões e presta informações aos membros e servidores sobre os dados funcionais, vantagens instituídas por lei ou concedidas judicialmente, quando requerido pela parte interessada; averba e expede certidões de tempo de serviço; elabora minutas de portarias e de apostilamentos; coordena as atividades de avaliação de desempenho, promoção e progressão funcional dos servidores do MPPI; apoia o CEAF no Programa Permanente de Treinamento e Desenvolvimento, previsto no art. 16, da Lei Estadual nº 6.237, de 05 de julho de 2012; controla o registro de férias, licenças e afastamentos dos membros e servidores; elabora e faz publicar a escala de férias dos membros e servidores; envia informações sobre concurso público, admissão e desligamento de membros e servidores da instituição ao Tribunal de Contas, via RHWeb; presta informações ao Portal da Transparência e planeja e coordena eventos que se destinem ao aprimoramento técnico e cultural dos servidores, realizando o intercâmbio com outras instituições dentre outras funções.

A Assessoria para Pagamento de Pessoal elabora as folhas mensais e complementares dos servidores ativos e inativos do MPPI; supervisiona e controla empréstimos e demais consignações em folha, mantendo atualização diária da margem consignável de membros e servidores; elabora e envia anualmente a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, bem como Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF, auxiliando assim a Coordenadoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças, dentre outras atividades. Constatam atualmente na folha de inativos 71 (setenta e um) aposentados, sendo 65(sessenta e cinco) membros e 06 (seis) servidores.

NOMEAÇÃO E POSSE DE SERVIDORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS

CARGO	EMPOSSADOS			
	2012	2013	2014	2015
Promotores de Justiça Substitutos		16	12	03
Analista Ministerial	35	06	11	03
Técnico Ministerial	57	24	26	02
Total	92	46	49	08



Posse de dezesseis Promotores de Justiça Substitutos em agosto de 2013.

O Edital nº 01 - MPE-PI do Concurso Público para provimento de 15 (vagas) e formação de cadastro de reserva em cargo de Promotor de Justiça Substituto foi publicado em 25 de abril de 2012. O certame foi realizado pela Comissão do Concurso conjuntamente com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE-UNB). O resultado final do concurso foi publicado por meio do edital CSMP nº 28/2013 em 17 de maio de 2013. Até o primeiro semestre de 2015 foram empossados no cargo de Promotor de Justiça Substituto 30 candidatos classificados, sendo 16 (dezesseis) em 2013, 11 (onze) em 2014 e 03 (três) no corrente ano.

O último concurso para servidores foi executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE-UNB) por meio do Edital nº. 01/2011, publicado no Diário de Justiça no dia sete de outubro de 2011. A homologação ocorreu no dia vinte e seis de abril de 2012. Vale mencionar que, no mesmo ano, foi publicado o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores do Ministério Público, resultando na Lei n. 6.237/2012. Ressalta-se ainda que 5 (cinco) vagas de Analista Ministerial foram criadas pela Lei 6.522/2014.



Em junho de 2012, a Procuradora-Geral deu posse a 62 servidores efetivos.

QUADRO DE PESSOAL DO MPPI

CARGOS		PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
Procuradores de Justiça		20	0	20
Promotores de Justiça de Entrância Final		87	2	89
Promotores de Justiça de Entrância Intermediária		31	27	58
Promotores de Justiça de Entrância Inicial		4	36	40
Promotores de Justiça Substitutos		24	06	30
TOTAL		166	71	237
Analista Ministerial	Administração	04		4
	Enquadrado/ Administração	05	01	6
	Arquitetura	01		1
	Assistente Social	02		2
	Biblioteconomia	01		1
	Contabilidade	03		3
	Controle Interno	03		3
	Engenharia Civil	01		1
	Engenharia Florestal	01		1
	Informática	05		5
	Medicina	00		0
	Orçamento	02		2
	Processual	44	01	45
	Psicologia	01		1
	TOTAL	72	02	74
Técnico Ministerial	Administrativo	133	54	187
	Informática	06		6
	TOTAL	139	54	193
Auxiliar Ministerial		5	1	6
Subjudice		12		12
Cedidos		35		35
Assistente Técnico		01		1
Exclusivamente Comissionados		67		67
Cedidos Comissionados		06		6
Subjudice Comissionados		06		4
Militares		36		36
TOTAL		545	128	673

Símbolo	Cargo	Quant. de Cargos (Novo PCCS)	Quantidade Preenchida
CC-10	Controlador Interno	01	01
CC-09	Assessor de Procurador-Geral	10	09
	Assessor de Procurador de Justiça	40	40
	Coordenador Técnico	09	08
	Auditor	04	03
CC-08	Assessor Especial	18	17
	Assessor Administrativo do PGJ	10	08
CC-07	Assessor Jurídico	08	05
CC-06	Assessor Técnico	20	18
CC-05	Secretário do Corregedor	02	02
CC-04	Chefe de Divisão	15	13
CC-03	Chefe de Seção	06	06
CC-02	Secretário-Executivo	08	08
CC-01	Oficial de Gabinete	10	09
TOTAL		161	147

Símbolo	Quant. de Cargos (Novo PCCS)	Quantidade Preenchida
FC-01	10	07
FC-02	10	10
FC-01	10	09
TOTAL	30	26

ESTAGIÁRIOS

O estágio do MPPI é regulamentado pela Lei Federal nº 11.788/2008, Res. CNMP nº42/2009 e Ato PGJ nº 137/2010. Segue quadro atual de estagiários:

Teresina	
Administração	06
Biblioteconomia	0
Contabilidade	2
Direito	70
Engenharia Civil	01
Informática	2
Jornalismo	1
Psicologia	03
Serviço Social	00
Arquitetura	1
Quantidade Atual	86

Interior	
Altos	01
Bocaína	01
Bom Jesus	01
Campos Maior	02
Corrente	02
Floriano	03
Jaicós	01
José de Freitas	02
Oeiras	02
Parnaíba	11
Pedro II	01
Picos	08
Piripiri	05
Piracuruca	01
Demerval Lobão	01
Total de nomeados para Interior	42



Estagiários que assinaram termo de compromisso em julho de 2012, depois de aprovação em processo seletivo.

O controle e o acompanhamento dos estagiários são realizados pela Seção de Estágio vinculada à Divisão de Pessoal da Coordenadoria de Recursos Humanos. Em 2012 o Ministério Público do Estado do Piauí contava com 94 (noventa e quatro) estagiários, sendo 33 (trinta e três) no interior do Estado e 61 (sessenta e um) em Teresina; em 2013 o quadro passou a contar com 111 (cento e onze) estagiários, 39 em cidades do interior e 72 na capital. No ano de 2014 já eram 135 estagiários, sendo 89 em Teresina e 46 no interior. Atualmente existe um total de 128 (cento e vinte e oito) estagiários no Ministério Público do Piauí, sendo que 86 (oitenta e seis) estão lotados em Teresina e 42 (quarenta e dois) no interior do Estado. Todos recebem uma bolsa de estudo no valor de 1 (um) salário-mínimo e auxílio-transporte, além de serem segurados contra acidentes pessoais. Foi realizado em junho/2015 o 4º Processo Seletivo de Estagiários do MPPI. Serão disponibilizadas 24 vagas e formação de cadastro de reserva para estudantes de Direito em diversas comarcas do interior de todas as entrâncias.

CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O controle de frequência, a prestação de serviço extraordinário e o banco de horas dos servidores do Ministério Público do Estado do Piauí são regulamentados pelo Ato PGJ Nº 263/2012.

Em outubro de 2013 foi desenvolvido pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação o sistema informatizado do controle de frequência. Por meio deste sistema cada servidor e chefias imediatas podem acompanhar diariamente todas as entradas e saídas, os saldos positivos ou negativos ao longo do mês, bem como fazer as devidas autorizações de utilização dos saldos. O relatório da frequência pode ser consultado, no portal do servidor, pelos servidores, e no módulo ponto eletrônico no sistema E-cidade.

Estão submetidos ao controle do ponto biométrico os servidores do Prédio-sede, Anexos e Corregedoria Geral do Ministério Público.

A partir de novembro/2014 foi expandido o sistema de ponto biométrico aos prédios da Rua Eliseu Martins, da Rua 19 de novembro e ao Núcleo de Promotorias de Justiça da Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar-NUPEVID, bem como distribuída por e-mail para todos os servidores e chefias imediatas a cartilha sobre o procedimento do ponto biométrico.

MÓDULO RH DO E-CIDADE

A Coordenadoria de Recursos Humanos realizou a implantação de todos os prontuários de membros, servidores efetivos e comissionados no sistema E-cidade, módulo RH, além da implementação de todas as portarias ou decisões publicadas no Diário de Justiça do Piauí relativas a membros e servidores.

Com a informatização dos prontuários os dados estarão disponíveis de forma mais célere, podendo ser gerados relatórios gerenciais, certidões e declarações que muito contribuirão para as decisões administrativas da Procuradoria Geral de Justiça. Cada servidor ou membro poderá acompanhar todo o histórico de movimentações relativo à sua vida funcional, como férias, designações para comporem comissões ou substituições, progressões dentre outras.

EXECUÇÃO PLANEJADA DOS PAGAMENTOS DE ADICIONAL DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO

A Administração Superior do MPPI, visando à execução planejada das despesas com pessoal, estabeleceu cronograma anual para pagamento de adicional de férias e 13º salário, fazendo-o a partir do ano de 2012.

Os pagamentos dos abonos constitucionais de férias são efetuados aos membros e servidores nos meses de janeiro, para aqueles cuja fruição de férias consta na escala anual para o primeiro semestre, e junho, para aqueles cujo gozo de férias consta na escala anual para o segundo semestre. Ressalta-se que há apenas antecipação do pagamento do abono, ficando a fruição para os meses indicados na escala de férias.

Já o 13º salário tem o pagamento da 1ª parcela aos membros e servidores ativos no mês de maio. O pagamento sobre proventos dos membros e servidores aposentados ocorre na data de aniversário. A 2ª parcela vem sendo quitada no mês de outubro.

VALORIZAÇÃO DE PESSOAL – RECONHECIMENTO DE DIREITOS E POLÍTICA REMUNERATÓRIA

Ao longo dos 4 anos de gestão da atual Procuradora-Geral de Justiça, o Ministério Público do Piauí adotou política de valorização de pessoal, pautada em vários eixos: capacitação, saúde e qualidade de vida no trabalho, recomposição salarial e reconhecimento de direitos.

Assim, dentro da capacidade orçamentária e financeira do órgão, garantiu-se a membros e servidores recomposição salarial, viabilizada por meio das Leis Estaduais n. 6.618/2014, para membros, e n. 6.619/2014, para servidores, de modo a garantir a todos os colaboradores do Ministério Público que a sua remuneração não sofresse, de acordo com o possível, os malefícios da inflação acumulada no período.

Foram também reconhecidos e pagos os seguintes direitos:

- auxílio-alimentação para membros e servidores;
- adicional de qualificação para servidores;
- auxílio-moradia para membros, de acordo com decisão do Conselho Nacional do Ministério Público;
- Parcela autônoma de equivalência para membros (direito pretérito não pago), com pagamento parcial e remanescente parcelado em prestações mensais, de acordo com a capacidade do órgão;
- elevação da gratificação de exercício cumulativo de cargo para 10% (dez por cento) do subsídio acumulado (Lei Complementar n. 180, de 11/01/2012);
- regulamentação da concessão de diárias em caso de exercício cumulativo de cargo, com elevação do limite máximo de diárias a serem percebidas mensalmente, de modo a assegurar maior assistência do Promotor de Justiça à Promotoria acumulada;
- direitos individuais requeridos, com estabelecimento do precatório administrativo, com critérios objetivos de ordem de pagamento.

4.2 Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos

A Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos atua no sentido de proporcionar aos membros da Instituição o mais eficaz auxílio e fomento técnico necessários ao cumprimento das metas institucionais. Desta forma são atribuições desta Coordenadoria, entre outras, prestação de apoio técnico realizando perícias e a elaboração de pareceres e relatórios técnicos; orientação nas análises dos laudos periciais de institutos técnicos públicos e privados e análise de minutas de instrumentos de convênios, acordos e parcerias de interesse do Ministério Público, observando a legislação vigente. É composta por seis Assessorias cujas atividades são relatadas a seguir:

ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGIA

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGIA	EXERCÍCIO 2012
Visitas domiciliares	287
Inspeções	52
Relatório Social	138

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS - ASSISTÊNCIA SOCIAL	2013	2014	2015 (jan- jun)
Visitas Domiciliares	154	140	53
Inspeções em Instituições de Acolhimento e/ou Instituições de Medidas Socioeducativas	13	23	13
Vistorias/ Inspeções a Fundações, Unidades de Saúde, Entidades de Interesse Social e Instituição Educacional	50	54	71
Participação e Assessoria em audiências	21	08	34
Assessoramento em assuntos de políticas públicas sociais as promotorias de justiça e Centros de Apoio Operacionais	109	45	04
Escutas Qualificadas	57	47	19
Relatórios e Pareceres Técnicos	165	183	134
Articulação com profissionais da rede intersetorial, visitas institucionais(encaminhamentos diversos)	59	150	15
Elaboração de Minuta de Projeto/ Fluxograma/ Artigo Científico	04	04	-
Apresentação de Política Nacional como parte da programação do curso de formação para novos promotores de justiça	01	01	-
Participação em Seminários e Reuniões representando o Ministério Público	02	21	-
Participação em reuniões com membros e/ou servidores.	5	31	15
Orientações a Demanda espontânea	10	-	8

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PSICOLOGIA	2013	2014	2015 (jan- jun)
Visitas Domiciliares	65	58	10
Visitas Institucionais	11	15	5
Atendimentos Individuais	87	79	30
Inspeções institucionais	24	29	15
Relatórios/ Notas Técnicas/ Pareceres Elaborados	68	134	36
Participação em Eventos	09	04	01
Palestras ministradas / Minicursos executados	15	17	01
Participação em Reuniões Técnicas / Comitês (CSQVT; Comitê Semana do Servidor; Avaliação de Desempenho; Estágio Probatório; Equipe Interdisciplinar e Promotores de Justiça)	40	41	28
Assessoria técnica via telefone e e-mails	04	11	2
Preparação de Projetos / Atividades / Apresentações	37	27	3
Participação em Audiências	03		1
Testagem Psicológica Coletiva	01	02	-

AUDITORIA EM SAÚDE

As auditorias em saúde têm por finalidade a análise de prestações de contas na área de saúde ou verificação de acúmulo ilegal de cargo público por profissionais da área de saúde para auxiliar o CAODS e Promotorias de Justiça. São realizadas visitas in loco em cada Unidade Auditada e/ou pesquisas no CNES, por meio de ferramentas de busca na Internet.

Vistorias, Pesquisas CNES e Auditorias	
2012	52
2013	40
2014	115
2015 (jan- jun)	25

ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA

(Estradas, Instituições Educacionais, Prédios Públicos e Privados, Barragens, etc)	
2012	37
2013	46
2014	39
2015 (jan- jun)	45

ENGENHARIA FLORESTAL

Perícias, Vistorias e Pareceres Técnicos (Resíduos sólidos, Poluição Sonora e Atmosférica, Supressão Vegetal, Barragens, Parques, etc)	
2012	-
2013	45
2014	111
2015 (jan- jun)	87



Perito do Ministério Público em vistoria aérea sobre os rios Poty e Parnaíba, por requerimento do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, e em parceria com a Polícia Militar. Julho de 2011.

CONTABILIDADE

Análise de Demonstrativos e Balanços Financeiros das Instituições	
2012	11
2013	12
2014	22
2015 (jan- jun)	8

ATIVIDADES DE SUPORTE À ADMINISTRAÇÃO

Projetos de Reforma e Melhorias

Reforma das Sedes de Alto Longá, Parnaíba e Piripiri

Locação de sedes de Promotorias de Justiça

Reparos na estrutura prédio locado para abrigar o NUPEVID e a Central de Distribuição

Locação e reforma do prédio das Procuradorias de Justiça

Pintura, impermeabilização e colocação de logomarca da Sede da PGJ

Construção do muro e calçada da nova sede do Ministério Público

Reforma prédio Anexo ao da PGJ

Projeto de Combate a incêndio

Pintura da sede da Corregedoria

Reforma da Promotoria de Barras

Projeto de Reforma das Promotorias de Picos

Projeto de banheiro acessível no térreo e 3º pavimento do prédio sede da PGJ

Projeto e execução de reforma da sede locada pelo Ministério Público em Oeiras/PI

Reforma no prédio que passou a sediar o CEAF

Reformas no edifício sede dos Centros de Apoio Operacional para otimizar a divisão dos espaços e sanar patologia estrutural

Projeto para correção de patologias estruturais no edifício sede da PGJ

	Projetos	Licitação	Execução
Parnaíba/PI	CONCLUÍDO	EM ANDAMENTO	-
Oeiras/PI	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO
Piripiri/PI	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO
Corrente/PI	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO
União/PI	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO
Barras/PI	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO



Obras na nova sede do Ministério Público na comarca de Piripiri, inaugurada em julho de 2015. Os projetos foram elaborados por servidores da Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos.



Inauguração da primeira sede própria do Ministério Público no interior do Piauí: comarca de União, janeiro de 2014.



Sede do Ministério Público do Estado do Piauí na comarca de Oeiras. O prédio, que foi inaugurado em janeiro de 2015, conta com dois pavimentos que somam 324 metros quadrados.

Sedes do Ministério Público do Estado do Piauí por Município
Adquiridas ou locadas de 2011/2015

Município	Destinação	SITUAÇÃO
Teresina	Sede da PGJ – Rua Álvaro Mendes	Próprio
	Anexo à sede da PGJ - Rua Álvaro Mendes	Próprio
	Sede das Promotorias de Justiça de Teresina - Rua 19 de novembro	Locado
	Sede dos Centros de Apoio Operacional - Rua Elizeu Martins	Locado
	Sede das Procuradorias de Justiça - Rua Gov. Joca Vieira	Locado
	Sede da Corregedoria Geral do Ministério Público - Rua Álvaro Mendes	Locado
	Sede do CEAF e GAECO – Rua Magalhães Filho	Locado
	Sede do NUPEVID - Rua 19 de novembro	Locado
Parnaíba	Sede das Promotorias de Justiça	Locado
Piripiri	Sede das Promotorias de Justiça	Próprio
Barras	Sede das Promotorias de Justiça	Próprio
Campo Maior	Sede das Promotorias de Justiça	Locado
União	Sede das Promotorias de Justiça	Próprio
Floriano	Sede das Promotorias de Justiça	Locado
Oeiras	Sede das Promotorias de Justiça	Próprio
Picos	Sede das Promotorias de Justiça	Locado
Corrente	Sede das Promotorias de Justiça	Próprio
Batalha	Sede da Promotoria de Justiça	Locado
Pedro II	Sede das Promotorias de Justiça	Locado
Esperantina	Sede das Promotorias de Justiça	Locado
Alto Longá	Sede das Promotorias de Justiça	Próprio



Cerimônia de instalação das Procuradorias de Justiça em sua sede atual, em dezembro de 2012. O prédio foi locado e reformado para abrigar condignamente os membros do Ministério Público e seus assessores, proporcionando um bom ambiente de trabalho e uma recepção acolhedora para os cidadãos que precisam de atendimento. Na foto, a Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima, e o então Governador do Estado, Wilson Martins, conduzem o desenlace da fita inaugural.

Acordos de Cooperação Técnica

2012	9
2013	27
2014	33
2015 (jan- jun)	33

Principais Convênios e Acordos de Cooperação Técnica

Objeto	Vigência		Situação	Conveniente
	Início	Término		
Implementação de ações integradas de Segurança Pública, ao planejamento, a promoção e acompanhamento e a execução de ações de prevenção e repressão de crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, adulteração de combustível, lavagem de dinheiro, crimes ambientais e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais.	06/08/2014	6/8/2016	Ativo	17º SRPRF
Aproximar as instituições signatárias; promover a troca de informações, documentos e serviços para aperfeiçoar as medidas destinadas à proteção do patrimônio público; imprimir maior agilidade e efetividade à atuação no cumprimento das relevantes atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal e Estadual, bem como a legislação infraconstitucional, naquilo que concerne à proteção do patrimônio público e à defesa da moralidade e da probidade administrativa	1/4/2011	19/7/2015	Ativo	Tribunal de Contas do Estado do Piauí
Operacionalização da concessão de empréstimos, financiamentos de bens de consumo e/ou arrendamentos mercantis.	12/4/2012	Prazo Indeterminado	Ativo	Banco do Brasil S.A.
Pagamentos via crédito em conta salário, fornecedores e diversos	12/4/2012	12 meses	Concluído	Banco do Brasil S.A.
Transferência de tecnologia para o recebimento e processamento de informações advindas do Sistema de Movimentações Bancárias-SIMBA	11/6/2012	11/6/2017	Ativo	Ministério Público Federal

Objeto	Vigência		Situação	Conveniente
	Início	Término		
Levantamento da situação dos presos provisórios, e acompanhamento da situação prisional, do estado do Piauí	17/9/2012	17/9/2014	Vencido	Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania Piauí, Defensoria do Estado do Piauí, Ordem dos Advogados do Brasil Seção Piauí, Universidade Estadual do Piauí, Uninvafapi, Instituto Camillo Filho, Ceut
Fiscalização do cumprimento das normas consumeristas e na prestação de assistência jurídica àqueles que o procurem	27/9/2012	27/9/2014	Vencido	PROCON; OAB-PI
Uniformização na atuação do Ministério Público Brasileiro quanto às denúncias do disque Direitos Humanos referente às violações de direitos de crianças e adolescentes.	17/8/2012	17/8/2014	Concluído	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, CNPG, Ministério Público
Cooperação entre os covenantes em permitir e simular o acesso a dados do cadastro eleitoral pelos Promotores de Justiça por meio do Sistema de Informações Eleitorais -SIEL	20/11/2013	20/11/2018	Ativo	Tribunal Regional Eleitoral
Fixação de critérios e normas de ação conjunta, por intermédio dos órgãos envolvidos, para efetivação do combate aos crimes contra a ordem tributária	22/8/2013	22/8/2015	Ativo	Prefeitura Municipal de Teresina
Convênio entre MPPI e Banco Central do Brasil	12/11/2013	12.11.2018	Ativo	Banco Central do Brasil e CNMP
Realização conjunta de atividades de campo, inpeções, vistorias e demais ações de fiscalização em áreas de interesse comum. Assessoria e Apoio Técnico, científico e educacional, mediante o intercâmbio de informações, materiais e boas práticas nas áreas de interesses das duas instituições	7/8/2014	7/8/2018	Ativo	Conselho Regional de Medicina Veterinária
Consecução de esforços para alimentação e o uso conjunto do sistema institucional de transparência e integração com a sociedade- Consumidor vencedor, voltado para o fortalecimento da atuação do Ministério Público na tutela coletiva consumerista	29/9/2014	29/9/2015	Ativo	Ministério Público do Rio de Janeiro
Fixação de critérios e nomras de ação conjunta por intermédio dos órgãos envolvidos para efetivação da campanha Conte até 10 nas Escolas municipais de Parnaíba	22/8/2014	Periodo de duração da campanha	Ativo	Secretaria de Educação de Parnaíba-PI

Objeto	Vigência		Situação	Conveniente
	Início	Término		
Instalação do BDI	9/8/2012	9/8/2014	Ativo (aditivo)	17ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária no Piauí
Estabelecer medidas que possibilitem o combate a prevenção à prática de tortura no Estado do Piauí	30/4/2015	30/4/2016	Ativo	Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça/ Secretaria de Segurança/Secretaria de Justiça do Estado
Melhoria do acesso eletrônico dos servidores e membros do MP/PI às publicações realizadas no âmbito do Diário Oficial dos Municípios	5/2/2015	5/2/2020	Ativo	Diário Oficial dos Municípios do Piauí
Cessão definitiva do software SIMP-Sistema Integrado do Ministério Público	7/11/2012	7/11/2015	Ativo	Ministério Público do Mato Grosso
Concessão de crédito mediante deconto em folha de pagamento	30/9/2013	Prazo Indeterminado	Ativo	Banco Alfa
Utilização mútua de atas de registro de preços, limitada a 100% dos quantitativos registrados, de modo a permitir a adesão como carona do Estado, através da SEAD, as atas de registros de rpeços gerenciadas pelo Ministério Público do Estado do Piauí e a adesão do Ministério Público a atas gerenciadas pelo Estado, por meio da SEAD.	28/6/2011	28/6/2016	Ativo	Secretaria de Administração do Estado do Piauí
Reservar e equipar os dois cômodos indicados na planta baixa, da atual sede das Promotorias de Picos.	20/1/2012	Prazo Indeterminado	Ativo	Associação Piauiense do MP
Prevê condições especiais na concessão de crédito imobiliário aos empregados e servidores efetivos, ativos e inativos	10/1/2012	10/1/2017	Ativo	Caixa Econômica Federal-CEF
Acordo de apoio na execução dos servidores de sondagem e medição do imóvel doado ao MP/PI	5/9/2014	5/12/2014	Concluído	Prefeitura de Parnaíba-PI
Implementar ações necessárias para o desenvolvimento das condições indispensáveis de segurança e cidadania para o exercício do direito de voto dos presos provisórios em estabelecimentos penais	25/2/2014	5/10/2014	Concluído	Tribunal Regional Eleitoral
Convênio entre MPPI e o Ministério da Justiça por meio da Secretaria da Reforma do Judiciário para desenvolvimento de uma política de resolução apropriada de disputas, contemplando a realização de cursos e publicação de materiais pertinentes	29/4/2014	29/04/019	Ativo	Ministério da Justiça

Objeto	Vigência		Situação	Conveniente
	Início	Término		
Disponibilização ao CAOCRIM, CACOP e GAECO de acesso gratuito e direto aos bancos de dados cadastrais dos consumidores.	4/2/2013	4/2/2018	Ativo	Câmara dos Dirigentes Lojistas de Teresina
Manutenção de Cooperação recíproca entre os signatários, consolidando a Rede Pública de Fiscalização no que se refere ao resguardo e controle de bens, valores, direitos relativos ao Programa Bolsa Família, Programas Remanescentes do CadÚnico, ao benefício de Prestação Continuada da Assistência Social(BPC) e ao monitoramento do Sistema único de Assistência Social(SUAS)	4/5/2011	4/5/2016	Ativo	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Visa o atendimento as normas zoofitossanitárias e o desenvolvimento do agronegócio, para uma maior eficiência do serviço de defesa agropecuária.	22/5/2012	Prazo Indeterminado	Ativo	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí-ADAPI
Prestar informações mútuas no tocante dos serviços de profissionais e empresas de contabilidade, especialmente quanto aos responsáveis técnicos pela contabilidade do Governo do Estado do Piauí, as Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado do Piauí, bem como demais órgãos e entidades sob a fiscalização do MPE-PI	8/5/2015	Prazo Indeterminado	Ativo	Conselho Regional de Contabilidade
Implementação de malote digital - Sistemas Hermes nas comunicações entre o Poder Judiciário e o Ministério Público do Estado com o fito de tornar mais célere o procedimento de remessa dos autos de prisão em flagrante ao Juízo competente para sua apreciação	29/4/2015	29/4/2016	Ativo	Coorregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Parceria Institucional , visando à adequada prestação de serviços médicos aos cidadãos	25/2/2005	Prazo Indeterminado	Ativo	Conselho Regional de Medicina
Ampliar a articulação, a integração e a cooperação entre os convenientes, visando à maior efetividade das suas ações na proteção e defesa do patrimônio público e no controle da impunidade	15/12/2003	Prazo Indeterminado	Ativo	Ministério Público Federal

Objeto	Vigência		Situação	Conveniente
	Início	Término		
Convênio para execução da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, com finalidade de prevenção da ocorrência de novos atos de corrupção, por meio da educação de gerações futuras, e assim estimular as denúncias populares	13/3/2013	13/3/2015	Ativo	TV Cidade Verde, Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Piauí, Secretaria Municipal de Educação, Portal AZ, Jornal Diário do Povo, Site GP1, Sistema Meio Norte de Comunicação

Observação: nenhum dos termos listados acima previa repasse ou contrapartida, o que também torna inaplicável o item prestação de contas.

4.3 Coordenadoria de Licitações e Contratos

Licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. A licitação também objetiva garantir o cumprimento do princípio da isonomia, expresso na Constituição Federal Brasileira como a atuação do poder público de forma igualitária e sem distinção de pessoas, de forma objetiva e justa. Visa, ainda, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, dando a todos os interessados em contratar com o poder público, oportunidade igual e possibilitando que o maior número de concorrentes participe do certame (licitação).

A licitação, portanto, tem por objetivo permitir que a Administração Pública contrate aqueles que reúnam as condições necessárias para o atendimento do interesse público, considerando aspectos relacionados à capacidade técnica e econômico-financeira do licitante, à qualidade do produto e ao valor do objeto, selecionando, portanto, a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública. Em síntese, a Coordenadoria de Licitações e Contratos é uma unidade administrativa de importância capital para o órgão, porque por meio dela cumprimos uma das etapas primordiais de realização da despesa pública.

A Coordenadoria de Licitações e Contratos é uma unidade de execução, ou seja, age no atendimento de demandas das outras coordenadorias, que planejam as necessidades do órgão e encaminham pedidos de aquisições ou contratações. Na Coordenadoria de Licitações tais solicitações são enquadradas em alguma modalidade de licitação e efetivado o respectivo processo de aquisição.

Licitações realizadas por modalidade

Tipo de Licitação	Realizados		Finalizados		Cancelados/revogados		Em andamento	Em andamento	FINALIZADAS
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2014	ATÉ 12-06-2015*	ATÉ 12-06-2015
Pregão	48*	49**	25	33	08	00	16	15	04
Convite	01	02	00	02	00	00	00	02	00
Tomada de Preço	00	01	00	00	00	00	01	01	00
Concorrência	03	05	02	05	01	00	00	02	00
Leilão	01	01	00	00	00	00	01	00	00

Outras formas de aquisição

Tipo	Quantidade		
	2013	2014	2015 (jan-jun)
Dispensa de Licitação	97	58	22
Inexigibilidade de Licitação	13	31	07
Adesão à ata de Preços	02	13	04
Liberação de Atas do MP-PI	166	129	60

Quantidade de Contratos Geridos

Discriminação	Quantidade		Continuados		Transitórios		CONTRATOS ASSINADOS ATÉ 12-06-2015
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2015
Contrato de Aluguel de Imóveis	14	15	14	15	-	-	03
Contrato de Serviço de Pessoa Física - OUTROS	01	02	-	-	01	02	02
Contrato de Serviço de Pessoa Jurídica	46	45	32	21	14	24	13
Ordens de fornecimento (equivale a contrato)	94	73	-	-	94	73	20
Total	155	135	46	36	109	99	36

4.4. Coordenadoria de Tecnologia da Informação

À Coordenadoria de Tecnologia da Informação cabe planejar, orientar e acompanhar as atividades relacionadas com a área de Tecnologia da Informação, dentre as quais estão a manutenção de todo o parque de equipamentos de informática; elaboração e desenvolvimento de projetos de TI tais como desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas; monitoramento de todos os links de dados que interligam todas as unidades do Ministério Público do Estado do Piauí; manutenção da infraestrutura de rede de dados; administração e gestão dos dados provenientes dos sistemas. Todas

as atividades da TI sempre estão alinhadas com o planejamento estratégico da instituição.

Entre 2011 e 2012 esta Coordenadoria apresentou grande crescimento, especialmente no tocante à aquisição de recursos materiais. Foram adquiridos 182 notebooks, 220 computadores all-in-one, 137 impressoras multifuncionais, 50 impressoras laser, 15 computadores iMac e uma impressora A3. Ademais, foi realizada a instalação de servidores com processadores de 6 núcleos e capacidade de armazenamento de 24 Terabytes, além da instalação de equipamentos de rede wireless (32 access point e 2 controladoras) no prédio sede e anexos. A área de Tecnologia da Informação foi responsável nesse período pela implantação do sistema E-cidade nos mais diferentes módulos; desenvolvimento e implantação do sistema de cadastro de visitas nas recepções dos prédios do MP na capital, assim como do sistema de distribuição de processos de 1º grau, além do desenvolvimento do sistema do banco de horas para servidores. Foi estabelecido termo de cooperação técnica entre MPPI e MPMT para instalação do sistema SIMP, destinado ao registro, controle e acompanhamento de processos judiciais e extrajudiciais no âmbito do Ministério Público.

Em 2013 a Coordenadoria de TI realizou a modificação do site institucional do MPPI, a implantação e gestão do sistema SIMBA (Sistema de Investigação de Movimentação Bancária) na unidade GAECO, além do desenvolvimento e implantação do sistema de distribuição de processos de 1º grau nas cidades de Teresina, Floriano, Oeiras, Picos, Campo Maior, Parnaíba e Piripiri. Foi realizada a modificação do sistema de distribuição de processos de 2º grau para que a distribuição dos processos fosse equitativa e a migração dos e-mails da plataforma Google para os servidores do MPPI com a implantação do gerenciador de e-mail ZIMBRA. A Coordenadoria também realizou o desenvolvimento e implantação do Sistema de Banco de Horas, do Sistema de Estágio Probatório dos Membros e do Sistema de Plantão dos Membros. Outro grande avanço na área de Tecnologia da Informação foi a Implantação da Rede MPLS, que interliga todas as unidades do Ministério Público do Piauí e disponibiliza acesso à internet e a aquisição de 55 (cinquenta e cinco) computadores all-in-one e 45 (quarenta e cinco) impressoras multifuncionais.

Em 2014 foram elaborados projetos para subsidiar o funcionamento necessário do sistema SIMP, por meio de aquisições de softwares e equipamentos, os quais não servirão apenas pro SIMP, mas para todos os sistemas que estão em funcionamento atualmente, tais como correio eletrônico, sistema de gestão administrativa e-Cidade, entre outros. O SIMP foi implantado nas Promotorias de Justiça de entrância final na Capital e Interior. Essa implantação se deu com a presença de analistas de TI nas cidades com Promotorias de entrância final para treinamento de membros e servidores e acompanhamento de inserção de dados no sistema.



Implantação do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) na sede do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), em maio de 2014.

Os demais projetos englobam a aquisição de licenças para o Banco de dados Oracle; aquisição de software Atlassian Crowd; aquisição de impressoras térmicas e etiquetas; aquisição de Storage (Armazenamento de dados) de 65TB; projeto para aquisição de equipamentos servidores, racks, tape library (unidades de backup); projeto para aumento de velocidade dos links de dados para a Rede MPLS do MPPI; aquisição de impressoras portáteis para as fiscalizações realizadas pelo PROCON; aquisição de computadores; aquisição de impressoras de grande porte e aquisição de notebooks. O Projeto de Rede MPLS do MPPI foi concluído, com a interligação em rede de todas as unidades da instituição e com a disponibilização de internet a todas as Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça. Também foi feito trabalho conjunto com a Coordenadoria de Apoio Administrativo para realização de inventário em todas as unidades do MPPI.

No primeiro semestre de 2015 foi realizado processo de licitação para registro de preço de 400 computadores all-in-one e para aquisição de tokens para armazenamento de certificados digitais. Foram adquiridas 50 impressoras multifuncionais e licença do software Crowd para o SIMP. Foi iniciado processo para aquisição de 30 estabilizadores e 30 nobreaks, além de processo para renovação de suporte do banco de dados Oracle e treinamento de virtualização para servidor da área de infraestrutura. Também foi dado início ao processo para treinamento de serviços para internet para servidores técnicos em informática e treinamento de projeto de Data Center para servidor da área de segurança e administração de dados. Destaca-se, ainda, o desenvolvimento e implantação do sistema de fiscalização do Procon e a conclusão da conversão dos relatórios do Conselho Nacional do Ministério Público para adequação aos relatórios do SIMP.



Participação de servidor da Coordenadoria de Tecnologia da Informação na III Mostra de Tecnologia do MP, promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em agosto de 2013.

Foi incluída no site do MPPI a opção de pesquisa de processos extrajudiciais e judiciais não sigilosos ao cidadão. Foi desenvolvido módulo de atualização cadastral no e-Cidade, desenvolvido sistema para inscrição no concurso de estagiários e iniciado processo para aquisição de pontos biométricos a serem instalados nas Promotorias do interior. Foi ainda iniciado projeto de Data Center pela Coordenação de Perícias e Pareceres Técnicos para a Coordenação de TI, para disponibilização de infraestrutura necessária, adequada e segura para os equipamentos servidores. O desenvolvimento de sistema para Corregedoria a fim de que possam ser registradas as visitas técnicas nas delegacias também está em andamento, bem como o desenvolvimento de sistema voltado para área de proteção à violência contra a mulher.



Treinamento sobre a operacionalização do SIMP para os servidores.

4.5 Coordenadoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

DOS ORÇAMENTOS DE 2011 A 2015

O orçamento do MPPI é definido com a publicação da LOA - Lei Orçamentária Anual, a partir da qual se inicia a execução orçamentária e financeira.

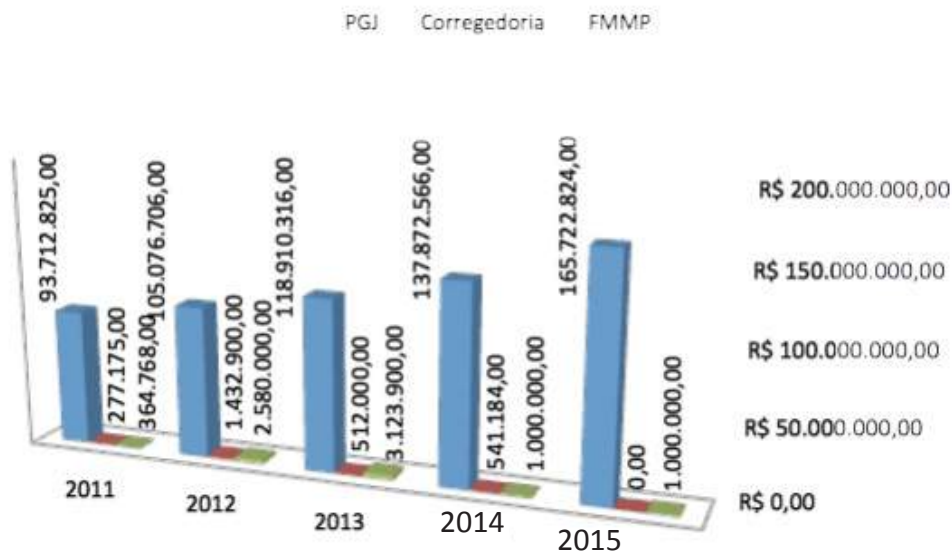
De 2011 a 2014, os créditos orçamentários eram distribuídos em três U.O – Unidades Orçamentárias, que são U.O 25101 – Procuradoria Geral de Justiça, U.O 25102 – Fundo Especial do Ministério Público e U.O 25103 – Corregedoria Geral do Ministério Público, esta última administrada pela Corregedoria-Geral diretamente. A partir de 2015, a distribuição se dá apenas em duas U.O, quais sejam U.O 25101 – Procuradoria Geral de Justiça e U.O 25102 – Fundo Especial do Ministério Público, tendo a U.O 25103 – Corregedoria Geral do Ministério Público sido incorporada à primeira.

No período relatado (exercícios de 2011 a 2015), o orçamento do MPPI apresentou a seguinte evolução:

PGJ			CORREGEDORIA		
ANO	Valores	%	ANO	Valores	%
2011	93.712.825,00	100,00%	2011	277.175,00	100,00%
2012	105.076.706,00	112,13%	2012	1.432.900,00	516,97%
2013	118.910.316,00	113,17%	2013	512.000,00	35,73%
2014	137.872.566,00	115,95%	2014	541.184,00	105,70%
2015	165.722.824,00	120,20%	2015		0,00%

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO		
ANO	Valores	%
2011	364.768,00	100,00%
2012	2.580.000,00	707,30%
2013	3.123.900,00	121,08%
2014	1.000.000,00	32,01%
2015	1.000.000,00	100,00%

Orçamentos de 2011 a 2015



Cabe mencionar que nos Orçamentos da UG 250101 – Procuradoria Geral de Justiça houve diversas transformações no decorrer dos exercícios financeiros, em virtude de abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento para utilização de superávit financeiro de exercícios anteriores, bem como cancelamentos de saldos de restos a pagar, conforme demonstrado abaixo:

ANO	PGJ	
	VALORES	%
2011	94.712.825,00	100,00%
2012	112.097.497,00	118,36%
2013	126.942.976,00	113,24%
2014	147.272.100,00	116,01%
2015	165.722.824,00	112,53%

Ressalta-se também que no Orçamento da UG 250102 – Fundo de Modernização do Ministério Público – FMMP no ano de 2011 houve alteração orçamentária, em virtude de arrecadação de receitas referentes às taxas de inscrições do concurso público para admissão de servidores.

ANO	FMMP	
	VALORES	%
2011	1.164.768,00	100,00%
2012	2.580.000,00	221,50%
2013	3.123.900,00	121,08%
2014	1.000.000,00	32,01%
2015	1.000.000,00	100,00%

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução da UO 25101 – Procuradoria Geral de Justiça

O quadro abaixo demonstra os montantes do Orçamento Atualizado e do Orçamento Executado, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça, no período de janeiro de 2011 a maio de 2015.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - UO 25101 - PGJ

ANO	ORÇAMENTO ATUALIZADO	ORÇAMENTO EXECUTADO	% EXECUTADO
2011	94.712.825,00	90.687.545,48	95,75%
2012	112.097.497,00	110.354.731,45	98,45%
2013	126.942.976,00	121.373.899,36	95,61%
2014	147.272.100,00	146.865.798,08	99,72%
2015	165.722.824,00	154.654.508,34	93,32%

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

	2011	2012	2013	2014	2015
ORÇAMENTO ATUALIZADO	94.712.825,00	112.097.497,00	126.942.976,00	147.272.100,00	165.722.824,00
PESSOAL E ENCARGOS	82.047.070,39	95.682.682,00	105.957.718,45	118.777.279,82	129.393.688,18
%	86,63%	85,36%	83,47%	80,65%	78,08%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	2.576,05	8.600,25	20.000,00	30.000,00
%	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	0,02%
INVESTIMENTOS	1.318.897,11	4.515.357,74	1.081.506,03	4.123.108,92	391.175,71
%	1,39%	4,03%	0,85%	2,80%	0,24%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.481.577,98	6.093.150,44	11.561.723,95	22.024.491,34	22.798.726,45
%	3,68%	5,44%	9,11%	14,95%	13,76%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.840.000,00	4.060.965,22	2.764.350,68	1.920.918,00	2.040.918,00
%	4,05%	3,62%	2,18%	1,30%	1,23%

A execução da UO 25102 – Fundo de Modernização do Ministério Público - FMMP

O quadro abaixo demonstra os montantes do Orçamento Atualizado e do Orçamento Executado, no âmbito do FMMP, no período de janeiro de 2011 a maio de 2015.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

	2011	2012	2013	2014	2015
ORÇAMENTO ATUALIZADO	1.164.768,00	2.580.000,00	3.123.900,00	1.000.000,00	1.000.000,00
INVESTIMENTOS	-	-	478.285,11	504.078,30	-
%	0,00%	0,00%	15,31%	50,41%	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	656.550,00	351.956,60	301.122,96	46.115,32	400,00
%	56,37%	13,64%	9,64%	4,61%	0,04%

Na UO 25102 – FMMP, dos orçamentos executados foram efetivados pagamentos nos valores e percentuais abaixo discriminados:

EXECUÇÃO FINANCEIRA - UO 25102 - FMMP

ANO	ORÇAMENTO EXECUTADO	TOTAL PAGO	% PAGO	RESTOS A PAGAR	% A PAGAR
2011	656.550,00	-	0,00%	656.550,00	100,00%
2012	351.956,60	284.396,60	80,80%	67.560,00	19,20%
2013	779.408,07	574.985,33	73,77%	204.422,74	26,23%
2014	550.193,62	549.925,92	99,95%	267,70	0,05%
2015	400,00	-	0,00%	400,00	100,00%

4.6 Coordenadoria de Apoio Administrativo

A Coordenadoria de Apoio Administrativo é responsável por coordenar o planejamento e a execução das atividades relacionadas com aquisição, controle, guarda, distribuição e alienação de bens; coordenar o planejamento, o controle, o acompanhamento e a execução das atividades relativas aos serviços gerais e às atividades auxiliares, inclusive os prestados por empresas terceirizadas; informar à Divisão de Recebimento de Material e Acompanhamento dos Contratos e Convênios sobre ocorrências de interrupção, paralisação ou descumprimento das obrigações contratuais pelos contratados.

Dentre as atividades administrativas iniciadas e concluídas na CAA nos últimos quatro anos destacam-se:

- Construção do novo setor de almoxarifado;
- Efetivação do primeiro inventário de bens in loco do MPPI e adoção do inventário anual da instituição;
- Tombamento de bens do MP mediante utilização de código de barras;
- Obtenção de doação de terrenos para construção de sedes próprias em União, São Pedro do Piauí, Parnaíba e Teresina;
- Obtenção de doação de prédios para funcionamento de sedes próprias em Barras e Alto Longá;
- Regularização do registro imobiliário dos imóveis do Ministério Público;
- Informatização do protocolo geral do Ministério Público e da Divisão de Material de Consumo;
- Estudo da implantação do Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e da implantação da tabela de Temporalidade no âmbito do MPPI;
- Projeto de criação do manual de padronização dos atos oficiais administrativos do Ministério Público do Estado do Piauí;
- Implantação do controle de validade dos materiais de consumo, com utilização do método PEPS;
- Aquisição de materiais permanentes: Mesas, cadeiras, armários e longarinas para setores administrativos e Promotorias da capital e interior;
- Aquisição de bebedouros, frigobar, refrigerador, fogão, cafeteira, TV's, fragmentadoras de papel, aspirador de pó, enceradeira industrial e condicionadores de ar;
- Aquisição e entrega de veículos devidamente segurados (Campo Maior, Piripiri, Parnaíba, Floriano, Corrente, Bom Jesus e São Raimundo Nonato) e motocicletas (União, José de Freitas, Valença, Piracuruca e Oeiras);



A Coordenadoria de Apoio Administrativo foi a responsável pelo processo de descentralização da frota de veículos do MP/PI, levando carros aos municípios do interior do Estado para agilizar os serviços. Na foto, Promotor de Justiça recebe veículo novo na comarca de Campo Maior. Setembro de 2014.

- Locação de central telefônica;
- Alienação de veículos e doação de bens inservíveis para entidades beneficentes;
- Renovação e controle da frota de veículos;
- Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado e bebedouros sem todas as Promotorias de Justiça da capital e interior;
- Celebração de contratos com empresas especializadas em manutenção preventiva e corretiva de elevador, centrais telefônicas e prestação de serviço de abastecimento e manutenção de veículos.
- Estruturação de todas as Promotorias de Justiça com mesas, cadeiras, armário, frigobar, condicionador de ar, computador, impressora e telefone;



A Promotora de Justiça Gilvânia Alves Viana em seu gabinete totalmente mobiliado, na recém-inaugurada sede própria do Ministério Público na comarca de Corrente. Dezembro de 2014.

Protocolo-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí

	2013	2014	2015
Número de entrada de documentos externos e com saída da instituição via Protocolo	18122	19578	8131
Número de documentos internos	15514	18514	-
Número de Processos Administrativos Autuados	3075	3740	1346

Relação de Veículos

Modelo / Ano	TIPO	Cidade	Setor	Estado de Conservação
2012/2012	AUTOMÓVEL	TERESINA	NUPEVID	Ótimo
2012/2012	MOTOCICLETA	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2014/2013	MOTOCICLETA	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2014/2013	MOTOCICLETA	URUÇUÍ	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URUÇUÍ	Ótimo
2012/2012	MOTOCICLETA	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2012/2012	MOTOCICLETA	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2012/2013	CAMINHÃO	TERESINA	ALMOXARIFADO	Ótimo
2013/2012	PICK-UP	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2013/2012	AUTOMÓVEL	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2013/2012	AUTOMÓVEL	TERESINA	NÚCLEOS DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	Ótimo
2014/2014	AUTOMÓVEL	TERESINA	ALMOXARIFADO	Ótimo
2013/2012	VAN	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2013/2012	AUTOMÓVEL	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2013/2013	AUTOMÓVEL	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2013/2013	AUTOMÓVEL	TERESINA	NÚCLEOS DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	Ótimo
2013/2013	AUTOMÓVEL	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2013/2013	AUTOMÓVEL	TERESINA	NÚCLEOS DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	Ótimo
2013/2013	AUTOMÓVEL	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2013/2013	AUTOMÓVEL	TERESINA	OUVIDORIA	Ótimo
2009/2010	AUTOMÓVEL	TERESINA	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA	Regular
2009/2010	AUTOMÓVEL	TERESINA	SEDE DA PGJ	Bom

Modelo / Ano	TIPO	Cidade	Setor	Estado de Conservação
2013/2013	PICK-UP	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2009/2010	AUTOMÓVEL	TERESINA	SEDE DA PGJ	Ótimo
2007/2007	AUTOMÓVEL	TERESINA	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA	Ótimo
2008/2008	AUTOMÓVEL	TERESINA	PROCON	Bom
2014/2013	AUTOMÓVEL	PICOS	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2014/2013	AUTOMÓVEL	PARNAÍBA	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2014/2013	AUTOMÓVEL	FLORIANO	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2012/2012	MOTOCICLETA	VALENÇA	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2012/2012	MOTOCICLETA	UNIÃO	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2014/2013	MOTOCICLETA	JOSÉ DE FREITAS	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2014/2013	AUTOMÓVEL	CORRENTE	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2015/2014	AUTOMÓVEL	OEIRAS	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2012/2012	MOTOCICLETA	PIRACURUCA	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2014/2014	AUTOMÓVEL	PIRIPIRI	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2014/2013	AUTOMÓVEL	CAMPO MAIOR	SEDE DA PROMOTORIA	Ótimo
2013/2013	PICK-UP	SÃO RAIMUNDO NONATO	PROMOTORIA REGIONAL AMBIENTAL	Ótimo
2014/2013	PICK-UP	BOM JESUS	PROMOTORIA REGIONAL AGRÁRIA	Ótimo

4.7 Coordenadoria de Comunicação Social

A Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) é responsável pelo gerenciamento das relações do Ministério Público do Estado do Piauí com seus mais variados públicos: imprensa, instituições parceiras, movimentos sociais, comunidades e colaboradores, dentre outros. A CCS abrange três outras unidades: Assessoria de Imprensa, Assessoria de Cerimonial e Assessoria de Relações Públicas. Para cumprir suas atribuições, a equipe se utiliza de várias ferramentas de comunicação corporativa, sobretudo com a abertura de espaços junto à mídia, com a promoção de eventos institucionais e com a execução de campanhas.

Em 2011, a Coordenadoria de Comunicação Social foi estruturada pela Procuradoria-Geral de Justiça, contando com um maior número de profissionais especializados. Desde então, esta unidade administrativa tem sido a fonte de diversos projetos e ações que contribuíram para o fortalecimento da imagem e da reputação do Ministério Público diante da sociedade. Um exemplo é a campanha beneficente de Natal “Amar também é agir”, que a cada ano contempla um maior número de entidades com doações de alimentos, brinquedos e livros infantis. Junto ao briefing para a campanha “O Ministério Público pela Paz no Trânsito e em Defesa da Vida”, esse foi o maior projeto executado ainda no segundo semestre de 2011. Ressalte-se ainda, que eventos institucionais de valorização, como o alusivo ao Dia do Servidor e à Semana do Ministério Público, inicialmente foram integralmente planejados e executados pela Coordenadoria de Comunicação Social. Em 2013, com a estruturação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, essa atribuição foi compartilhada.

No decorrer dos últimos quatro anos, também podem ser mencionadas como conquistas importantes:

- Organização de grandes eventos, como a solenidade de recondução da Procuradora de Justiça Zélia Saraiva Lima ao cargo de Procuradora-Geral de Justiça, em julho de 2013, e a cerimônia de inauguração da nova sede das Procuradorias de Justiça, em dezembro de 2012.
- Participação ativa na organização da Caravana do Ministério Público, sendo que servidores da CCS estiveram presentes em todas as suas edições.
- Estabilização da rotina de envio do clipping (conjunto de matérias publicadas que mencionam o Ministério Público ou são de interesse da instituição) diariamente, via e-mail institucional, contribuindo inclusive para a atividade finalística.
- Criação de peças gráficas para diversas campanhas e ações institucionais, destacando-se o “Manual do Consumidor” e “Coloque no papel”, do PROCON; “Adolescência sem álcool”, do CAODIJ; campanha de combate à poluição sonora, do CAODMA; “Eleições Limpas e sem Barulho”, coordenada pelo CAODMA e pelo CACOP, dentre outros.
- Elaboração do “Guia do Ministério Público para a imprensa e a sociedade”.
- Diagramação de todas as publicações importantes do MPPI, como a Proposta Orçamentária, a Legislação do Ministério Público, o Plano Geral de Atuação Finalística e o Relatório Anual de Gestão Institucional.
- Cobertura e acompanhamento de eventos externos, inclusive fora da Capital do Estado.
- Elevação significativa da produção jornalística do MPPI: de 632 notícias publicadas no site em 2011, para 2.762 em 2014, com ampla repercussão das pautas transmitidas à imprensa.



Atuação Finalística

5.1 Combate à Criminalidade

No combate à criminalidade o Ministério Público busca a realização da justiça. Atua na persecução criminal, analisando inquéritos policiais e peças de informação, requerendo diligências na fase investigatória, oferecendo denúncias e acompanhando o processo judicial em todas as suas fases, até o trânsito em julgado da decisão judicial. Judicialmente, pode requerer tanto a condenação do acusado, em havendo provas da materialidade e autoria do crime, como sua absolvição quando não haja suporte probatório de que a conduta do acusado seja crime ou de que o crime tenha ocorrido ou ainda de que o acusado seja o seu autor, bem como nas hipóteses em que, por disposição de lei, tenha ocorrido prescrição da pretensão punitiva estatal ou decadência do direito do ofendido em provocar o Judiciário para responsabilização penal do acusado. Também no âmbito judicial, realiza suas atividades junto aos Juizados Especiais Criminais, atuando em processos, participando de audiências, promovendo a conciliação entre as partes como forma de resolução dos conflitos decorrentes de delitos de menor potencial ofensivo, oferecendo proposta de aplicação de pena alternativa nas hipóteses em que não houver ou não couber a conciliação e apresentando denúncia nos casos em que vencida de forma infrutífera a conciliação ou transação penal.



Em setembro de 2014, a Procuradora-Geral de Justiça do Piauí, Zélia Saraiva Lima, recebeu homenagem do Grupo de Persecução Penal da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública pelo cumprimento da Meta 2, concluindo todos os inquéritos e procedimentos que tratavam de homicídios dolosos instaurados até 31 de dezembro de 2007.

Extrajudicialmente, o Ministério Público exerce o controle externo da atividade policial, fiscalização de Delegacias de Polícia e de presídios, com a emissão de relatórios sobre as constatações efetivadas e adoção das medidas cabíveis para correção das irregularidades, tanto no âmbito extrajudicial quanto judicial. Também no âmbito extrajudicial, tem o Ministério Público, enquanto titular da ação penal, a prerrogativa de instaurar Procedimento Investigatório Criminal, promovendo ele mesmo as diligências necessárias à elucidação dos fatos, quando entenda necessário fazê-lo.



O Ministério Público do Estado do Piauí também acompanha a situação do sistema prisional. Na foto, a coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (CAOCRIM), Luizjones Felipe de Carvalho Façanha, colhe informações sobre rebelião deflagrada no 9º Distrito Policial de Teresina. Junho de 2012.

Para a efetivação de seu trabalho na seara penal, o Ministério Público do Estado do Piauí procura manter atuação articulada com as Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, visando à maximização dos resultados pretendidos na garantia da segurança da população. Ademais, a instituição possui o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais- CAOCRIM, que tem como principais atribuições estimular a integração e o intercâmbio entre as Promotorias Criminais, remeter informações técnico-jurídicas sem caráter vinculatório aos órgãos a ele ligados, estabelecer intercâmbio permanente com instituições públicas e privadas ou entidades afins, para prestarem atendimento e orientação, acompanhar as políticas criminais nacional e estadual, prestar auxílio às promotorias criminais no exercício das atribuições relacionadas à área criminal, bem como outras atribuições que visem ao aperfeiçoamento da atividade ministerial.

Na atuação criminal nos últimos quatro anos destacam-se:

- Alcance de 100% da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, destinada à conclusão de inquéritos policiais instaurados até 2007 e que se encontravam sem solução, sendo estabelecida a segunda etapa da mesma meta, que objetiva concluir os inquéritos sobre homicídios instaurados até dezembro de 2008;
- Ação civil pública que resultou em decisão judicial garantindo a construção de Instituto Médico Legal em Parnaíba;
- Acompanhamento de rebeliões de presos em Distritos Policiais e presídios, buscando-se soluções especialmente para a superlotação dos estabelecimentos prisionais;
- Ações na área de execução penal que resultaram em inspeção dos presídios piauienses pelo Ministério da Justiça, com emissão do relatório técnico circunstanciado apresentado no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, onde foram discutidas medidas em relação aos estabelecimentos prisionais do Piauí;

Campanhas (2011/2015)

Caravana do MP-PI

Ministério Público: pela paz no trânsito e em defesa da vida.

Conte até 10

“O Piauí Unido no Combate à Violência Contra a Mulher. Não silencie, denuncie. Ligue 180”



Caravana do Ministério Público: Coordenadora do CAOCRIM fala sobre a atuação do Ministério Público do Piauí na área criminal. Outubro de 2013.

Projetos – Plano Geral de Atuação Finalística 2014/2015

Estruturação das Delegacias de Polícia em cada comarca com as condições adequadas de funcionamento

Aumentar a quantidade de IPs produzidos pela Polícia Civil do Piauí

Monitoramento dos processos criminais instaurados e não julgados

Criação de Conselhos de Segurança nos Municípios do Piauí – Controle Social

5.2 Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso

A defesa da pessoa com deficiência e da pessoa idosa tem sido tratada como questão prioritária pelo Ministério Público, dada a realidade de flagrante desrespeito aos direitos assegurados a essa parcela da população, inclusive no âmbito da própria família. Visando a erradicar os problemas enfrentados por essa parcela da população, o MPPI possui um Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso- CAODPCDI que, dentre outras atribuições, é responsável por divulgar as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público na área de suas atribuições e dar publicidade, junto aos órgãos de execução, de procedimentos e decisões da Administração Superior do Ministério Público acerca de matérias relacionadas às áreas de atuação do centro de apoio.

Compete ainda ao CAODPCDI colaborar junto às entidades públicas ou privadas em campanhas educacionais relativas à defesa dos direitos da pessoa com deficiência e do idoso; sugerir a edição de atos e instruções tendentes à melhoria e otimização dos serviços prestados pelo Ministério Público na defesa dos direitos desse público; efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas ou privadas; manter arquivo atualizado de matérias de interesse na defesa dos direitos da pessoa com deficiência e do idoso. Como órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Piauí especializado na defesa dos interesses das pessoas com deficiência e dos idosos, vem desempenhando importante papel junto à sociedade, Conselhos de Direitos e demais entidades ligadas àqueles seguimentos.

No tocante à Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso, merece destaque nos últimos quatro anos:

- Participação nas Reuniões do GNDH - Grupo Nacional de Direitos Humanos, vinculado ao CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais e na COPEDPCDI-Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso;
- Participação em seminários, fóruns e reuniões, realização de palestras em todo o Estado, efetivação de reuniões e audiências individuais e públicas em que são discutidas e solucionadas várias questões relativas à acessibilidade;
- Campanha “Ministério Público pela Paz no Trânsito e em Defesa da Vida”, a qual foi reconhecida como boa prática a ser replicada em todo o país, a nível nacional (pelo CNPG) e a nível internacional (pela OPAS/OMS). Por essa campanha, ainda em execução, o Ministério Público Piauiense recebeu da STRANS Teresina o Prêmio “Vida no Trânsito”;



Membros do Ministério Público foram às ruas para promover atividades de conscientização sobre a violência no trânsito. A campanha “O Ministério Público pela Paz no Trânsito e em Defesa da Vida” foi coordenada inicialmente pelo CAODPCDI. Na foto, uma Procuradora de Justiça, Promotores de Justiça e servidores durante panfletagem na Avenida Raul Lopes, em Teresina. Setembro de 2011.

- Expedição de recomendações e ajuizamento de ações civis públicas para garantia da reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos;
- Ações resultantes na instalação de Conselhos Municipais do Idoso;
- Melhoria da dotação orçamentária do Transporte Eficiente no Município de Teresina;
- Assinatura de TAC's com compromissos para a implantação de políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência e à pessoa idosa;
- Estreitamento de laços entre o CAODPCDI e as Promotorias do interior do Estado após a realização do I Encontro Institucional de Planejamento e Gestão do MPPI;
- Exigência que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados garantam acessibilidade em todas as suas dependências, sob pena de, não o fazendo, serem tomadas as medidas judiciais cabíveis além de ser exigido, nos conselhos estadual e municipais de educação a cassação da concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso.



Audiência sobre a situação do Transporte Eficiente. Setembro de 2013.

Campanhas (2011-2015)

“Ministério Público pela Paz no Trânsito e em Defesa da Vida”

“Acessibilidade: Uma Questão de Cidadania, Um Compromisso de Todos Nós”

Combate à violência contra a pessoa idosa e alusão aos 10 anos de vigência do Estatuto do Idoso

Projetos Plano Geral de Atuação Finalística 2014-2015

Educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais

Combate à exploração financeira do idoso através de empréstimos consignados

Acessibilidade em prédios públicos para pessoas com deficiência e idosos

Controle social – criação e fiscalização de conselhos de direitos da pessoa com deficiência e idoso

5.3 Defesa da Infância e da Juventude

A infância e a juventude merecem do Estado atenção especial. Crianças e jovens são pessoas em desenvolvimento físico e psicológico e, infelizmente, grande parcela dos nossos infantes e adolescentes vive em situação de vulnerabilidade e/ou exclusão social. Sendo defensor dos direitos sociais e individuais indisponíveis e ciente da importância de se assegurar à infância e à juventude condições dignas de vida e oportunidades de crescimento para a garantia de seu desenvolvimento adequado e engrandecimento da sociedade em que vivem, o Ministério Público do Estado do Piauí tem atuado incessantemente para a efetivação dos direitos assegurados aos nossos meninos e meninas, rapazes e moças, futuro de nossa comunidade e de nosso país.

PELOS DIREITOS DA INFÂNCIA



JUSTIÇA NA EDUCAÇÃO!

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente



**Ministério Público
do Estado do Piauí**

Campanha lançada pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude em novembro de 2011.

É na sociedade que o Ministério Público, em diálogo constante, forma parcerias para o enfrentamento da situação degradante em que se encontram crianças e adolescentes piauienses, em face da eficácia e da relevância do trabalho desenvolvido por ONGs, Igrejas e Associações e Conselhos e entidades paritárias. O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude – CAODIJ, é órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Piauí, atua na área da infância e da juventude buscando permanente intercâmbio com entidades governamentais e não governamentais para um melhor desempenho e articulação de suas atividades. Ademais, o CAODIJ dá suporte às Promotorias da capital e do interior do Estado nos casos que envolvem a temática, bem como desenvolve projetos institucionais e participa como colaborador em projetos de instituições parceiras.

Principais realizações na área de proteção aos direitos da infância e juventude:

- Gestão, pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude – CAODIJ, das denúncias originadas do sistema Disque Direitos Humanos–Disque 100, destinado a receber, encaminhar e monitorar as demandas relativas a violações de direitos humanos, especialmente as que atingem grupos sociais vulneráveis.
- Estabelecimento de um canal de comunicação direta com a comunidade, para a discussão dos pro-

blemas relacionados à área da infância e da juventude, como a questão da violência, da drogadição, bullying e outros, por meio de palestras em escolas e audiências públicas realizadas em diversos bairros de Teresina, com ampla participação da população, e encaminhamento das demandas coletivas aos órgãos de execução para as medidas cabíveis;

- Implementação da Resolução n. 67 do Conselho Nacional do Ministério Público, relativa à fiscalização do cumprimento das medidas socioeducativas.
- Implementação da Resolução n. 71 do Conselho Nacional do Ministério Público, referente à implementação de estratégias para a defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes;
- Participação no Comitê Piauiense de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Comitê Um mundo Melhor para a Criança e Adolescente do Semiárido, Conselho Estadual dos Direitos da Juventude e Fórum Piauiense de Erradicação do Trabalho Infantil.
- O CAODIJ adotou integralmente o posicionamento do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, referentes às regra de transição para as eleições unificadas e emitiu Recomendação Técnica aos Promotores de Justiça.
- Projeto estruturação do Conselho Tutelar, desenvolvido com a finalidade de promover ações judiciais e extrajudiciais para o adequado funcionamento do mesmo. Nessa seara está sendo acompanhada a atualização das legislações que criaram o Conselho Tutelar nos municípios do Estado do Piauí para adequação ao previsto na Lei Federal nº 12.696/12, que unificou o processo de escolha do Conselho Tutelar e garantiu aos conselheiros direitos sociais.



O coordenador do CAODIJ, Glécio Setúbal, apresentou à Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima, as publicações do Estatuto da Criança do Adolescente e das Leis da Infância, que estão sendo distribuídas para Conselhos Tutelares e outras organizações. Julho de 2014.

Caravana do MP-PI

Projeto Ministério Público Nas Comunidades

Projeto Contra a Violência Sexual Infanto-juvenil

Projeto Pelos Direitos da Infância, Justiça na Educação

Projeto Leis da Infância

Campanha Nacional Criança não é de Rua

Campanha de Prevenção à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Carnaval



Evento para debate sobre a implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) no Piauí, promovido pelo CAODIJ em maio de 2015.

Projetos Plano Geral De Atuação Finalística 2014-2015

Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Registro Civil (Paternidade/Maternidade)

Implementação do Plano Municipal de Atendimento ao Socioeducativo

Programa Família Acolhedora

5.4 Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público

A corrupção tem-se apresentado, ao longo de nossa história, como um dos maiores males a assolar a sociedade brasileira, haja vista que importa em apropriação, desvio e má aplicação de recursos públicos, mau funcionamento dos serviços destinados à população e dilapidação do patrimônio público, prejudicando a implementação eficaz de políticas públicas básicas afetando principalmente a população mais carente, desprovida de aporte necessário ao acesso a serviços privados. Bem pertencente a todos que é, o patrimônio público não pode ser administrado como se privado fosse, alijando dos benefícios que por ele devem ser proporcionados todo um corpo social, em favor de uma classe dominante restrita que envida esforços para a manutenção de um modelo patrimonialista de Estado.

Defensor da ordem jurídica e dos direitos sociais por disposição constitucional, o Ministério Público atua no combate à corrupção e na defesa do patrimônio público, visando a garantir a probidade na Administração Pública e a efetivação a todos, sem distinção, dos direitos assegurados na Constituição e nas leis, assegurando-se a proteção do patrimônio que é de todos e a existência de recursos financeiros para execução das políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos fundamentais e sociais do cidadão.

Para a consecução desse objetivo, conta, além dos órgãos de execução, com o Centro de Apoio de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público – CACOP, órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Piauí, vinculado diretamente ao Procurador-Geral de Justiça, destinado a prestar suporte técnico acerca de quaisquer questões que venham a ser suscitadas pelos órgãos da estrutura do Parquet piauiense no desempenho de suas atividades funcionais, na área da defesa da moralidade administrativa e do patrimônio público, enquanto bem primário da sociedade. Em sua área de atuação, incumbe ao CACOP, nos termos do art. 55 da LCE n. 12/1993, estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns; remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculatório, aos órgãos ligados à sua atividade; estabelecer intercâmbio permanente com órgãos públicos ou privados, entidades que atuem em áreas afins, para prestarem atendimento e orientação, bem como para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções; acompanhar as políticas nacional e estadual afetas às suas áreas; prestar auxílio aos órgãos do Ministério Público na instrução do inquérito civil ou na preparação e proposição de medidas processuais; zelar pelo cumprimento das obrigações do Ministério Público, decorrentes de convênios firmados; receber representações e expedientes dessa natureza, encaminhando para os respectivos órgãos de execução; apresentar ao Procurador Geral de Justiça proposta e sugestões para: elaboração de política institucional e dos programas específicos; realização de convênios; alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas; edição de atos e instruções, sem caráter normativo, tendentes a melhoria do serviço do Ministério Público.



Capacitação de educadores para divulgação da campanha
“O que você tem a ver com a corrupção?” dentro da sala de aula.
Evento promovido pelo CACOP em março de 2014.

Evolução da atuação ministerial na área

ATUAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015 (até 10/junho/2015)	Crescimento percentual nos quatro anos**
Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios instaurados	80	171	292	681	240	680,00%
Ações Cíveis Públicas propostas	1	14	38	62	11	31,16%
Campanhas desenvolvidas	1	1	1	1	1	-

*De acordo com dados informados ao CACOP

** Considerada a projeção para 31.12.2015, de acordo com a média diária até 10.06.2015.

Campanhas/ Projetos (2011/2015)

O que você tem a ver com a corrupção? - Objetivo: conscientizar a sociedade, especialmente crianças e jovens de que o combate à corrupção depende de cada um de nós e começa a partir das nossas condutas diárias.

Eleições limpas – Objetivo: conscientizar o eleitor do valor de seu voto e a dizer não à corrupção eleitoral.

Transporte Coletivo Semiurbano – Objetivo: garantir a regularidade do transporte coletivo semiurbano e os direitos do usuário.

Portais da Transparência – Objetivo: garantir o cumprimento pelos órgãos estaduais e municipais da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Municipalização do Trânsito – Objetivo: Garantir que os municípios assumam suas obrigações em relação ao trânsito, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

Caravana do MPPI – Objetivo: capacitar controladores sociais.

Controlador Interno – servidor efetivo – Objetivo: garantir que o cargo de Controlador Interno seja exercido por servidor efetivo, nos termos da Constituição Estadual.

Aferição da legalidade dos decretos de situação de emergência ou estado de calamidade pública – Objetivo: assegurar que os decretos sejam expedidos somente nos casos previstos em lei.



Lançamento da campanha “Eleições Limpas e Sem Barulho”, que propagou a importância do voto consciente e do combate à poluição sonora. O CACOP apresentou uma cartilha que estimulava os cidadãos a pesquisarem bem sobre os candidatos. Junho de 2014.

Maiores conquistas do Ministério Público Piauiense realizadas na área:

- Passou a integrar a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, tendo sediado a reunião nacional realizada em 2014;
- Evolução percentual significativa da atuação ministerial na área de proteção ao patrimônio público;
- Realização contínua da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” tendo-se obtido os seguintes resultados: Número de parcerias obtidas = 14; Número de peças publicitárias distribuídas = cartazes: 2.149 (dois mil, cento e quarenta e nove), panfletos: 5.063 (cinco mil e sessenta e três), cartilhas: 8.329 (oito mil, trezentas e vinte e nove), adesivos: 676 (seiscentos e setenta e seis), filipetas: 297 (duzentas e noventa e sete); Número de exposições do vídeo da Campanha (prazo TV e cinemas: dois anos): TV: 03 (três) inserções diárias, cinemas: 04 (quatro) inserções diárias, palestras: 20 (vinte) exposições; Número de veiculações dos spots (prazo: dois anos): Rádio Pioneira: 08 (oito) inserções diárias, Rádio Difusora de Teresina: 08 (oito) inserções diárias; Cursos ministrados: 20 (752 pessoas capacitadas); Palestras ministradas: 14 (aproximadamente 3000 pessoas ouvintes); Outros eventos: Entrevista para a Rádio Antares – público inestimável, Encontro Institucional sobre Planejamento e Gestão – público estimado de 200 pessoas, Evento realizado pela Justiça Eleitoral (“Aje.com.cidadania”) no Liceu Piauiense – público estimado de 2.000 pessoas, Evento realizado pela Justiça Eleitoral (“Aje.com.cidadania”) na UESPI – público estimado de 4.000 pessoas.



A campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, promovida no Piauí pelo CACOP, foi amplamente disseminada na rede pública de ensino. Na foto, alunos da Escola Municipal Monsenhor Mateus Rufino, em Teresina, elaboraram exemplos de pequenos atos de corrupção que causam grandes malefícios para o país. Dezembro de 2014.

- Realização do projeto Portais da Transparência com os resultados a seguir: Número de Promotorias de Justiça que aderiram ao projeto = 33 (34,37% das PJs com atribuições na defesa do patrimônio público); Número de municípios que estão no projeto = 64 (28,57% do total de municípios do Estado); Número de municípios com IC instaurado em andamento = 52 (81,25% dos municípios incluídos no projeto).
- Realização do projeto Municipalização do Trânsito, em andamento.
- Criação do Informativo Jurisprudencial do CACOP, por meio do qual a jurisprudência do TJPI e dos Tribunais Superiores é enviada aos membros mensalmente, de forma compilada.
- Participação efetiva do Ministério Público na Rede de Controle da Gestão Pública do Piauí.

Projetos Plano Geral De Atuação Finalística 2014-2015

“O que você tem a ver com a corrupção?”

Municipalização do Trânsito

Fortalecimento dos Órgãos de Controle Interno

Regularização dos Quadros de Pessoal dos Órgãos Públicos

Portais da Transparência



Palestra sobre a campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, na Escola Municipal do Angelim, em Teresina. Novembro de 2014.

5.5 Defesa do Meio Ambiente

Ao longo dos últimos quatro anos de gestão do MPPI, as Promotorias de Justiça da Capital e do interior do Estado atuaram, com o apoio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, em defesa do meio ambiente através de meios judiciais, propondo Ações Cíveis Públicas e de Execução, e extrajudiciais, emitindo Recomendações Administrativas e celebrando Termos de Ajustamento de Conduta, como por exemplo em relação a aterro sanitário, matadouros, mercados públicos e empreendimentos poluidores sediados em vários Municípios do Piauí.

Destacam-se os seguintes feitos na área de Meio Ambiente:

- Elaboração e disponibilização para as Promotorias de Justiça, pelo CAODMA, de Campanhas de Educação Ambiental, as quais abarcam as matérias mais relevantes na área ambiental para o Estado do Piauí e vêm sendo desenvolvidas por diversas Promotorias de Justiça;
- Realização, pelos órgãos de execução de propostas de transação penal decorrentes de crimes ambientais propiciando a aquisição de decibelímetro, financiamento de campanha de educação ambiental, restauração de matas ciliares, etc.;



Reunião com Promotores de Justiça e representantes da Delegacia do Silêncio, Polícia Militar, STRANS e DETRAN para definição de soluções em relação à poluição sonora, com foco na aquisição de mais decibelímetros. Outubro de 2014.

- Realização de Encontros Institucionais no ano de 2012, com inclusão do tema ambiental “Barragens do Piauí” e a “Propaganda Eleitoral e Níveis Sonoros”;
- Termos de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Química- CRQ e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA com o intuito de auxiliar as investigações ministeriais.
- Fomento à instalação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- Participação, por meio do CAODMA, da Comissão Pró-comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com o escopo de fomentar e adotar ações efetivas junto ao Governo do Estado e da Agência Nacional de Águas para a criação do comitê, constituída de representantes do Judiciário Federal, do Ministério Público Federal, do IBAMA, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, da AGES-

PISA, dentre outros.

- Providências para exigir o Licenciamento Ambiental dos Matadouros Públicos instalados nos Municípios do Piauí em conformidade com a legislação vigente.
- Obtenção, pelas Promotorias de Justiça, de ajuste de conduta dos organizadores dos grandes eventos ocorridos em vários Municípios do Estado do Piauí, tais como: Carnaval de Luís Correia, Piri-fofia(Piripiri), Elesbão Folia(Elesbão Veloso), Cachaça Fest (Castelo do Piauí), Festival de Inverno de Pedro II, Kakáfolia (Cristino Castro) e carnavais fora de época de Teresina, Picos(Picos Fest), Floriano e Parnaíba, mediante assinatura do termo respectivo, para que fossem adotados os procedimentos de segurança; assegurada a interferência da Vigilância Sanitária Municipal e Estadual; apresentados plano de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos, licença ambiental e plano de trânsito; garantida a não realização de poluição sonora; e promovida a veiculação na mídia de campanha de conscientização ambiental, entre outros aspectos.



Reunião que resultou em assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta em prol da preservação da Cachoeira do Santo Liso, localizada na comarca de Pedro II, antes da realização do X Festival de Inverno. Maio de 2013.

Campanhas/ Projetos (2011/2015)

Caravana do MPPI

Poluição Sonora advinda de “Carro de Som” e de Empreendimentos

Uso de Produtos Fumígenos em Ambientes Públicos Fechados

Logística reversa de pneus

Queimadas

Liberdade e Saúde

Projetos Plano Geral De Atuação Finalística 2014-2015

Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos e Disposição de Resíduos Sólidos

Licença Ambiental dos Postos de Combustível

Propaganda Eleitoral e Poluição Sonora

Matadouros Públicos

Controle Social

5.6 Defesa da Saúde

O Ministério Público, por destinação constitucional, é defensor e promotor da saúde, direito fundamental dos residentes no Brasil, cuja garantia é essencial à vida e à dignidade da pessoa humana. Sobre a atuação do MP-PI na área da saúde, ressalta-se:

- O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde manteve comunicação permanente com os órgãos de execução, através de informativo por e-mail denominado “Notícias da Saúde”, pelo qual é dado conhecimento sobre as principais ações desenvolvidas no âmbito da saúde pública.
- Foram tomadas providências visando adequar às normas sanitárias o funcionamento do BANCO DE LEITE HUMANO da Maternidade Dona Evangelina Rosa, assim como regularização e adequação às normas sanitárias das Maternidades Municipais de Teresina, no tocante ao número mínimo de obstetras-plantonistas.



Vistoria conduzida pelo Ministério Público na Maternidade Dona Evangelina Rosa. A Promotora de Justiça Cláudia Seabra constatou diversas irregularidades que motivaram ação contra o Estado do Piauí. Agosto de 2013.

- Foi realizado projeto para fortalecer o controle social no SUS e adequar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde à Lei nº. 8142/90 e à Resolução CNS nº. 453/2012, garantindo-lhes infraestrutura administrativa, dotação orçamentária e autonomia financeira;
- Foram realizadas ações de Promoção de atividades extrajudiciais ou judiciais para garantir a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nos municípios com perfil para instalação, bem como para adequar o funcionamento dos já instalados às normas do Ministério da Saúde; implementar, fortalecer e ampliar a Rede de Atenção Psicossocial no âmbito do SUS nos municípios piauienses; garantir o acesso qualificado da população a ações e serviços de SAÚDE MENTAL através da rede de atenção psicossocial, visando à oferta de tratamento para pessoas com transtornos mentais e usuários de crack, álcool e outras drogas.
- Elaboração do 1º Manual de Atuação do Ministério Público do Piauí, com a temática do controle social na saúde, com todo o material de apoio para o desempenho do trabalho das Promotorias de Justiça.
- Foram adotadas providências para responsabilizar os médicos lotados no HGV, que estão descumprindo suas atribuições, especificamente, a realização de cirurgias em quantitativo inferior ao estabelecido pela portaria SESAPI/GAB Nº 138 de 2/3/2011.

- Desenvolvimento de palestras em seminários, fóruns e reuniões voltadas ao tema do Direito Sanitário e da Saúde Pública, consolidando a atuação do Ministério Público piauiense na garantia do direito constitucional à saúde.
- Segundo informações da apoiadora do Ministério da Saúde para a Rede Cegonha no Piauí, decorrente do trabalho articulado com o Ministério Público Estadual, a rede cegonha teve muitos avanços, no município de Teresina, e já se consegue ver o resultado nos indicadores.
- Constituição do Grupo Institucional de Trabalho para fortalecimento dos Hospitais Regionais de maior porte do Estado que resultou na capacitação dos Promotores de Justiça com a temática do Direito Sanitário e na celebração de 11(once) Termos de Ajustamento de Condutas, que propiciam maior resolutividade dos Hospitais em apreço.



CAODS reúne-se com Promotores de Justiça Técnicos da Secretaria Estadual de Saúde para elaboração de minutas de TACs visando a adequação dos Hospitais Regionais às Normas Sanitárias. Julho de 2014.

Campanhas/ Projetos (2011/2015)

Caravana do MP-PI

Prestação de Contas Quadrimestral pelos Gestores da Saúde

MP: PELA PAZ NO TRANSITO EM DEFESA DA VIDA

Projetos Plano Geral De Atuação Finalística 2014-2015

Prevenção e Combate à Dengue

Prevenir e Tratar: Pessoas com Transtorno Mental e Usuários de Drogas

Ministério Público no Enfrentamento às Drogas

Controle Social na Saúde

5.7 Defesa da Educação e da Cidadania

A educação é tida como um dos principais indicadores de desenvolvimento social, sendo considerado um direito indisponível e, portanto, objeto de proteção pelo Ministério Público. Em 2013 foi criado o Centro de Apoio Operacional da Educação e Cidadania- CAODEC, com o objetivo de atuar na implementação das atividades relacionadas com os direitos à educação e cidadania assim como o acompanhamento e auxílio das ações que visam a resolução das questões educacionais em diferentes comarcas. Atua também realizando campanhas, oferecendo suporte técnico jurídico e criando parcerias para o alcance de suas finalidades.

Na atuação da defesa do direito à educação e cidadania, merecem destaque as seguintes ações do MPPI:

- Sediou o Encontro Regional do Ministério Público e MEC, que ocorreu no primeiro semestre de 2015;



A programação de palestras do Encontro Regional do Ministério Público e MEC foi aberta pela apresentação de Rosilea Maria Roldi Wille, Coordenadora-Geral da Diretoria de Articulação com os Sistema de Ensino, do MEC. O primeiro tema discutido foi a implantação dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação ou Educação Infantil. Maio de 2015.

- Projeto MPEduc - projeto que visa levar ao conhecimento do cidadão em geral e da comunidade escolar informações essenciais sobre seus direitos em exigir a prestação de um serviço de educação de qualidade, bem como sobre seus deveres em contribuir para que esse serviço seja adequadamente ofertado, idealizado pelo Ministério Público Federal, com objetivo de que haja uma cooperação entre o MPF e os MPE's Estaduais;
- Primou pela aplicação de forma adequada dos recursos do FUNDEB nos municípios do Estado do Piauí;
- Acompanhou a execução, pelos municípios, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), exigindo a oferta de merenda escolar na forma regulamentada pelo MEC;
- Exigiu dos municípios a prestação do transporte escolar na forma regulamentada pelo MEC, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), inclusive no que se refere aos veículos adaptados;

- Elaboração de cartilha sobre Educação no Trânsito, que servirá de suporte para palestras para crianças e adolescentes de instituições de ensino públicas e privadas.



Lançamento da campanha “Conte até 10”, em Parnaíba, com a participação da coordenadora do CAODEC, Lia Burgos. Setembro de 2014.

Campanhas/ Projetos (2011/2015)

“Conte até 10” – abordagem escolar

Projeto MPEduc

“MP: pela paz no trânsito e em defesa da vida”

Projetos Plano Geral De Atuação Finalística 2014-2015

Cidadania nas Escolas

Fiscalização das Verbas do FUNDEB

Programa Nacional de Alimentação Escolar

Atuação Junto ao PNATE

5.8 Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica

O Ministério Público do Estado do Piauí, em parceria com o Ministério da Justiça, realizou convênio para a estruturação/ implementação do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar- NUPEVID, que foi inaugurado em 2012. São atribuições das Promotorias de Justiça que compõem o Núcleo, dentre outras: conhecer dos inquéritos policiais, termos circunstanciados e notícias de fato criminais afetos a sua área de atuação, promovendo as medidas administrativas e as ações judiciais cabíveis, bem como oficiar nos respectivos feitos; oficiar nos feitos oriundos de cartas precatórias, cartas rogatórias e cartas de ordem relativos a sua área de atuação; realizar o acompanhamento dos inquéritos policiais em andamento nas delegacias especializadas de proteção dos direitos da mulher localizadas na Capital; exercer o controle externo difuso da atividade policial nos feitos de sua atribuição; atuar nos feitos cíveis decorrentes de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei n. 11.340/2006; conceber e implementar um sistema de atuação eficaz para coleta de dados (cadastro), relacionados à violência doméstica e familiar, conforme previsto no art. 26, III, da Lei nº 11.340/06; promover, em conjunto com os Centros de Apoio Operacional nas áreas afins, capacitação dos Promotores de Justiça e servidores quanto às especificidades da atuação ministerial nessa área, promovendo atuação articulada com outras instituições e entidades que atuem na defesa das vítimas de violência doméstica e familiar; realização de campanhas educativas sobre o tema afeto a suas atribuições, etc.



Inauguração da primeira sede do NUPEVID, em julho de 2012.

Foram de grande relevância os seguintes trabalhos:

- Capacitação e sensibilização de estudantes das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social para disseminarem os estudos e reflexões sobre a Lei Maria da Penha, as questões de gênero e políticas públicas, os avanços e desafios da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e os direitos da mulher. O projeto Piloto ocorreu de 26/09 a 30/11 de 2013, obtendo avaliação positiva dos participantes.
- Desenvolvimento de ações de enfrentamento e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher em todos os municípios do interior do Estado do Piauí, através do Projeto de Interiorização da Lei Maria da Penha;

- Capacitação e formação de multiplicadores para promoverem trabalhos de prevenção e enfrentamento às práticas de violência contra a mulher, através de mecanismos provenientes do processo educacional cotidiano e do diálogo, estendendo-o aos espaços domésticos e sociais como um todo.
- Fiscalizações às Delegacias Especializadas de Atendimento da Mulher na cidade de Teresina.



Aula inaugural do projeto “Laboratório Maria da Penha”, coordenado pelo NUPEVID. Abril de 2014.



A equipe do NUPEVID celebrou o Dia Internacional do Combate à Violência contra a Mulher com mobilização na praça Rio Branco, no Centro de Teresina. Foram distribuídos panfletos educativos, e os Promotores de Justiça prestaram atendimento a várias mulheres no local. Novembro de 2014.

Campanhas/ Projetos (2011/2015)

Caravana do MP-PI

“O Piauí Unido no Combate à Violência Contra a Mulher. Não silencie, denuncie. Ligue 180”

Laboratório Maria da Penha

“Nossa maior promoção é o enfrentamento à violência contra a mulher”

“Lei Maria da Penha e Mobilidade Urbana: Proteção à família”

Campanha Spot: Sarah Menezes no enfrentamento à violência contra a mulher

Mulher Idosa: proteção, saúde e cidadania

“Que as únicas marcas nesse carnaval sejam de alegria”



Inauguração da atual sede do NUPEVID. Maio de 2015.

Projetos Plano Geral De Atuação Finalística 2014-2015

Interiorização da Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha nas Escolas: desconstruindo a violência, construindo diálogos

5.9 Defesa do Consumidor

O Programa de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON é órgão ministerial a quem a Constituição do Estado do Piauí reservou relevantíssima missão institucional, conferindo-lhe a atribuição de tutelar as relações consumeristas (art. 148, da CE/PI). Cabe, pois, ao PROCON/MPPI atuar judicial e extrajudicialmente, através de medidas de caráter preventivo ou repressivo, nas relações jurídicas em que houver lesão ou mesmo ameaça de lesão a alguma forma de interesse dos consumidores em todo o Estado do Piauí.

No âmbito infraconstitucional, a atuação do PROCON/MPPI é pautada pela Lei Complementar nº 36, de 09 de janeiro de 2004, a qual lhe incumbe, além das sobreditas atribuições, a coordenação da política do Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, através de uma Coordenação Geral, com competência, atribuições administrativa e judicial em toda a área do Estado do Piauí. Emerge, também, com destacada força a realização de audiências com representantes dos Poderes dos municípios piauienses, a fim de fomentar a criação de Procons no âmbito municipal.



No Dia Mundial do Consumidor, 15 de março, o PROCON realizou atendimentos aos cidadãos em praça pública. Março de 2013.

Nos últimos quatro anos, o PROCON apresentou grande aperfeiçoamento de suas atividades, das quais cabe mencionar:

- Implantação da “CIP ELETRÔNICA”, procedimento que proporciona a notificação online de fornecedores conveniados, dispensa envio postal e proporciona início imediato do prazo para o atendimento da pretensão do consumidor.
- Prevenção de lides e facilidade de dissolução dessas por meio da estimulação aos consumidores e fornecedores de instituírem prova documental na fase pré e pós contratual.
- Fiscalizações contínuas que objetivam verificar in loco práticas irregulares dos mais diversos seguimentos do mercado, tais como: salões de beleza, postos de combustíveis, bares, restaurantes, etc, além de verificação do cumprimento dos direitos do consumidor em shows, festivais e eventos semelhantes.
- Apreensão de produtos vencidos em supermercados; combate à venda clandestina de gás GLP; liberação de documentos escolares retidos por atraso no pagamento de mensalidades, dentre outras

medidas.

- TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) para impedir que incorporadoras comercializassem imóveis em desconformidade com a Lei 4591/64.
- Implementação de programação educativa voltada para o esclarecimento sobre os direitos do consumidor e quais são as formas de seu exercício em face das múltiplas formas de lesão vivenciadas no cotidiano.
- Implementação de planejamento com a Divisão de Fiscais do PROCON/MPPI, a fim de otimizar a varredura realizada pelos mesmos no tocante à comercialização de combustíveis em padrão de qualidade irregular, bem como quanto aos pontos de venda de gás GLP não cadastrados na ANP (Agência Nacional do Petróleo).



Celebração de parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Maior para criação do PROCON Municipal. Julho de 2011.

FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	
2012	451
2013	513
2014	534
2015 (primeiro semestre)	279

Atendimentos

Espécie	2011 jul-dez	2012	2013	2014	2015 jan-jun
Abertura Direta de Reclamação	1.156	2.440	1.853	1.891	715
Atendimento Preliminar	364	887	1.046	771	319
Extra Procon	135	79	18	2	1
Simples Consulta	756	339	101	73	14
Carta de Informação Preliminar - CIP	1.718	4.511	5.205	4.513	2.538
Emissão de Certidão Negativa de Violação ao CDC	-	-	36	8	-
Outros	-	01	07	01	02



No último Dia Mundial do Consumidor, já em 2015, o PROCON lançou a campanha “Coloque no Papel”, cujo o objetivo é estimular os consumidores a formalizar contratos para garantir o respeito aos direitos. Servidores do PROCON conduziram uma explanação sobre o tema aos cidadãos que estavam sendo atendidos na sede do órgão.

Audiências

	2011 jul-dez	2012	2013	2014	2015 jan-jun
Número de Audiências Realizadas	2.903	3723	3268	3774	1149
Número de Acordos Realizados	1.556	1.518	1.710	1.831	562

Projetos Plano Geral De Atuação Finalística 2014-2015

Municipalização do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor

Educação para o Consumo: formando o consumidor consciente

Fiscalização de Combustíveis e Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

Adequação dos Serviços Públicos: Água e Energia Elétrica



O PROCON e a OAB firmaram parceria em prol da defesa do consumidor. O objetivo do encontro foi ratificar o Termo de Cooperação, tratando de diversos assuntos. Um dos temas tocados foi o programa “De Olho na Validade”, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado, que orienta o consumidor a também fiscalizar se há produtos vencidos nas prateleiras dos supermercados. Maio de 2013.

5.10 Atuação Finalística - Resumo

Área Criminal

Inquéritos Policiais/Termos Circunstanciados			
	2012	2013	2014
Recebidos	12.948	16608	26168
Devolvidos	12.549	16415	23067
Baixa de inquéritos policiais (com e sem diligências)	2.343	1544	2753
Manifestações	6.077	8955	15757
Promoções de arquivamentos	1.356	1505	1129
Denúncias oferecidas	4.056	5417	8681
Crimes contra a vida	452	494	513
Lesão corporal	1.014	833	581
Crimes contra o patrimônio	1.561	1689	2240
Crimes contra a dignidade sexual	239	281	357
Crimes contra a Administração Pública	49	68	90
Crimes de responsabilidade	01	5	-
Crimes de tráfico ilícito e uso indevido de drogas	379	395	421
Crimes contra o sistema financeiro nacional	02	5	1
Crimes contra a ordem tributária	08	3	35
Crimes contra o meio ambiente e patrimônio genético	31	46	25
Crimes de tortura	06	9	8
Crimes do Sistema Nacional de Armas	417	454	537
Crimes previstos no ECA	26	11	42
Crimes eleitorais	20	10	27
Demais tipos penais	1.495	635	746
Transações penais oferecidas	2.042	2246	-

Processos Criminais			
	2012	2013	2014
Recebidos	12.709	17898	25.450
Crimes contra a vida	2.807	1681	3314
Lesão corporal	1.370	955	1331
Crimes contra o patrimônio	4.132	3760	6265
Crimes contra a dignidade sexual	582	437	721
Crimes contra a Administração Pública	143	115	211
Crimes contra as finanças públicas	1	-	11
Crimes de responsabilidade	23	10	18
Crimes de tráfico ilícito e uso indevido de drogas	1.438	1125	1869
Crimes contra o sistema financeiro nacional	05	12	18
Crimes contra a ordem tributária	25	43	57
Crimes contra o meio ambiente e patrimônio genético	102	65	151
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, dinheiro e valores	07	1	18
Crimes de tortura	30	19	32
Crimes do Sistema Nacional de Armas	701	615	1104
Crimes previstos no ECA	118	26	115
Crimes eleitorais	78	33	41
Demais tipos penais	4.822	1793	4929
Devolvidos	11.192	16904	24.572
Crimes contra a vida	2.532	494	3044
Lesão corporal	1.132	833	1419
Crimes contra o patrimônio	3.759	1689	6345
Crimes contra a dignidade sexual	542	281	715
Crimes contra a Administração Pública	113	68	204

Processos Criminais			
	2012	2013	2014
Crimes contra as finanças públicas	00	1	07
Crimes de responsabilidade	20	5	35
Crimes de tráfico ilícito e uso indevido de drogas	1.137	395	1058
Crimes contra o sistema financeiro nacional	04	5	17
Crimes contra a ordem tributária	29	3	69
Crimes contra o meio ambiente e patrimônio genético	56	46	138
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, dinheiro e valores	03	-	9
Crimes de tortura	25	9	29
Crimes do Sistema Nacional de Armas	628	454	1141
Crimes previstos no ECA	61	11	129
Crimes eleitorais	64	10	32
Demais tipos penais	3.903	635	4560
Manifestações	10.003	11022	14.714
Alegações finais	1.197	1535	2.690
Requerimentos de medidas protetivas	201	280	477
Recursos interpostos	1.002	1525	-
Suspensões Condicionais do Processo			
	2012	2013	2014
Quantidade efetivada (em qualquer grau de jurisdição)	479	-	945
Militar – Processos			
	2012	2013	2014
Recebidos	212	498	
Devolvidos	211	496	
Manifestações	89	185	
Alegações finais	39	100	

Militar – Inquéritos			
	2012	2013	2014
Recebidos	233	279	
Devolvidos	228	286	
Promoção de arquivamento	85	87	
Denúncias oferecidas	91	99	
Manifestações	16	43	

Execução Criminal			
	2012	2013	2014
Recebidos	3.055	2993	
Devolvidos	2.772	2673	
Manifestações	2.324	2230	
Recursos	13	-	

Área Extrajudicial e Cível

Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios			
	2012	2013	2014
Instaurados	331	856	3056
Improbidade administrativa	248	234	751
Patrimônio público	55	57	129
Meio ambiente	91	102	258
Ordem urbanística	09	24	56
Saúde	192	190	670
Direito do consumidor	199	108	172
Educação	85	108	162
Pessoas com deficiência	51	76	52
Pessoa idosa	92	147	93
Controle externo da atividade policial	11	4	24
Eleitoral	196	94	52
Em andamento	1.508	2941	
Improbidade administrativa	1.703	33	3307
Patrimônio público	135	16	148
Meio ambiente	62	34	977
Ordem urbanística	9	2	26

Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios			
	2012	2013	2014
Saúde	526	47	1960
Direito do consumidor	81	5	163
Educação	129	14	227
Pessoas com deficiência	18	13	983
Pessoa idosa	07	15	790
Eleitoral	27	2	57
Petições iniciais	101	109	
Improbidade administrativa	54	70	26
Patrimônio público	20	1	11
Meio ambiente	11	34	18
Ordem urbanística	1	-	03
Saúde	47	8	38
Direito do consumidor	39	6	14
Educação	10	7	01
Pessoas com deficiência	3	16	01
Pessoa idosa	11	40	-
Controle externo da atividade policial	10	2	02
Eleitoral	250	-	-
Requerimentos de medidas protetivas	09	-	-
Arquivamentos com remessa ao Poder Judiciário	13	-	-
Arquivamentos sem termo de ajustamento de conduta	28	209	279
Arquivamentos com termo de ajustamento de conduta	39	24	93
Audiências extrajudiciais	930	1439	1977
Requisições de perícias	252	623	4806
Recomendações expedidas	132	181	416

Processos Cíveis			
	2012	2013	2014
Recebidos	32.370	27.575	467
Devolvidos	31.759	27.986	
Manifestações	29.015	22.068	2.523
Petições iniciais	1.520	946	
Alegações finais	1.818	628	
Réplicas à contestações	123	47	75
Recursos	500	1043	656

Área da Infância e Juventude

Diversos	2012	2013	2014	2015
Processos recebidos	5.407	7.228	5.142	
Remissões do ECA	248	455	812	
Atos infracionais	316	755	259	
Seção cível	11			
Medidas socioeducativas	107	8		
Representações por atos infracionais	370	755	1113	
Atos infracionais	586	-		
Seção cível	18			
Medidas socioeducativas	61	-		
Requerimentos de medidas protetivas	78	69		
Arquivamentos	44	68	108	
Audiências para apresentação de adolescentes infratores	941	721		

Defesa dos Direitos Transindividuais da Área da Infância e Juventude Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios

	2012	2013	2014	2015
Instaurados	167	124	-	
Em andamento	40	203	-	
Arquivamentos com remessa ao Poder Judiciário	13	69	-	
Arquivamentos sem termo de ajustamento de conduta	15		-	

Defesa dos Direitos Transindividuais da Área da Infância e Juventude
Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios

	2012	2013	2014	2015
Arquivamentos com termo de ajustamento de conduta	08		-	
Audiências extrajudiciais	787	727	-	
Requisições de perícias	352		-	
Recomendações	100		-	
Ações Cíveis Propostas				
	2012	2013	2014	2015
Ações cíveis públicas e congêneres	69		-	
Medidas protetivas	06		-	

Área Eleitoral

Processos Recebidos	2012	2013	2014
Recebidos	9.734	4.272	5.032
Devolvidos	9.605	4.000	5.187
Manifestações	7.023	3.075	5.177
Petição inicial	377	23	40
Alegações finais	1.046	230	65
Réplica e contestação	45	-	3

Atuação dos Centros de Apoio Operacional

Apoio aos órgãos de execução	2012	2013	2014
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	808	378	1650
Atos de apoio a órgãos de 2º grau	207	208	231
Elaboração de ACP, denúncias, propostas de transação penal ou suspensão condicional do processo	43	21	262

Apoio aos órgãos de execução	2012	2013	2014
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	33	25	80
Elaboração de recomendações	36	18	101
Elaboração de outros atos	982	1001	1195

Remessa aos órgãos de execução			
	2012	2013	2014
Subsídios doutrinários, legislativos ou jurisprudenciais	1.225	284	1738
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	515	377	532
Representações oriundas de atendimentos ao público	109	103	430
Notícias veiculadas em jornais e outros	33	24	86

Correspondências			
	2012	2013	2014
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	8.279	4028	14456
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	4.286	2930	4457

Eventos			
	2012	2013	2014
Palestras ministradas	16	53	52
Participações em reuniões	238	203	269
Participações em audiências públicas	54	41	141

Eventos			
	2012	2013	2014
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	40	44	38
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	51	45	76

Outros			
	2012	2013	2014
Atendimentos ao público	2.214	1713	636
Elaboração e remessa ao PGJ de planos de ação	08	3	16

Atuação no Acompanhamento da Evolução da Meta 2 – ENASP

	2012	2013	2014
Quantidade de inquéritos devolvidos com denúncias	74	86	204
Quantidade de inquéritos devolvidos com pedido de arquivamento	32	34	49
Quantidade de inquéritos devolvidos com pedidos de diligências no mês	11	20	98



Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria Geral é o Órgão da Administração Superior do Ministério Público incumbido de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público, nos termos do art. 17 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e do art. 25, caput da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993. Segundo art. 25 da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993/Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí, são atribuições da Corregedoria Geral:

- realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça;
- realizar inspeções e correições ordinárias, mensalmente, em pelo menos uma Promotoria de Justiça na Capital e duas no interior, observando a regularidade do serviço, o zelo, a eficiência e assiduidade dos membros do Ministério Público, remetendo relatório reservado ao Conselho Superior do Ministério Público;
- realizar correição extraordinária, por determinação do Procurador Geral de Justiça ou por proposta do Conselho Superior do Ministério Público, sempre que necessário;
- propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma desta lei, o não vitaliciamento de membros do Ministério Público;
- instaurar, de ofício ou por provocação de órgão da Administração Superior do Ministério Público, sindicância ou processo disciplinar contra membro da Instituição, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, na forma desta lei;
- encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que, na forma desta lei, incumba a este decidir;
- remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;

- superintender a organização dos assentamentos relativos às atividades funcionais e à conduta dos membros do Ministério Público, coligindo os elementos indispensáveis à apreciação do seu merecimento;
- opinar, obrigatoriamente, nos casos de promoção e remoção dos membros do Ministério Público, tanto pelo critério de antiguidade como por merecimento e, quando solicitado, nos casos de substituições, diárias, licenças e férias;
- apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de janeiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior.

O Corregedor-Geral dirige a Corregedoria Geral, sendo substituído, em seus impedimentos e afastamentos, pelo Corregedor-Geral Substituto. A escolha do primeiro decorre de eleição pelo Colégio de Procuradores de Justiça, dentre os Procuradores de Justiça no efetivo exercício do cargo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. O segundo é nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça dentre os Procuradores de Justiça, mediante indicação do Corregedor-Geral. Em 13 de maio de 2011, a Procuradora de Justiça Rosângela de Fátima Loureiro Mendes assumiu o cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, eleita para o biênio 2011-2013, indicando como Corregedora-Geral Substituta a Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Moura Borges Campos. Posteriormente, foi reconduzida ao cargo de Corregedora-Geral do MPPI para o biênio 2013-2015, tendo como Corregedora-Geral Substituta a Procuradora de Justiça Martha Celina de Oliveira Nunes. Em maio de 2015 o Procurador de Justiça Aristides Silva Pinheiro foi eleito novo Corregedor-Geral para o biênio 2015-2017, indicando o Procurador de Justiça Hosaias Matos de Oliveira como Corregedor-Geral Substituto.



A Procuradora de Justiça Rosângela de Fátima Loureiro Mendes (à esquerda, na foto) esteve à frente da Corregedoria-Geral durante dois biênios seguidos, de 2011 a 2015. A solenidade de recondução para o segundo mandato foi realizada em maio de 2013, sob a condução da Procuradora-Geral de Justiça e Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público, Zélia Saraiva Lima.



O atual Corregedor-Geral do Ministério Público, Aristides Silva Pinheiro, tomou posse no cargo em maio de 2015.

Procedimentos Disciplinares e Correlatos

	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS			
	2011	2012	2013	2014
Instaurados	48	54	41	88
Arquivados	32	14	36	85
Resultaram em Sindicância ou PAD	15	08	05	02
Em andamento na Corregedoria Geral	01	32	18	30
Aguardando julgamento pelo CSMP ou PGJ	-	-	-	-

SINDICÂNCIA				
	2011	2012	2013	2014
Instaurados	18	07	17	03
Arquivados	15	03	16	03
Resultaram em Sindicância ou PAD	02	01	01	00
Em andamento na Corregedoria Geral	01	03	12	03
Aguardando julgamento pelo CSMP ou PGJ	-	-	-	-

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR				
	2011	2012	2013	2014
Instaurados	11	38	07	13
Arquivados	10	15	07	06
Resultaram em Sindicância ou PAD	-	-	-	-
Em andamento na Corregedoria Geral	00	17	05	09
Aguardando julgamento pelo CSMP ou PGJ	01	06	-	07

Visitas de Inspeção e Correições Ordinárias

TIPOS DE PROCEDIMENTOS	2011	2012	2013	2014
Visitas de inspeção	19	17	31	17
Correições ordinárias	34	52	38	40
Correições extraordinárias	00	00	00	00
TOTAL	53	69	69	57

O que vale na vida não é o simples fato de termos vivido.

É a diferença que fazemos na vida de outras pessoas que irá determinar o significado da vida que levamos.

Nelson Mandela

Colégio de Procuradores de Justiça

Zélia Saraiva Lima
Antônio de Pádua Ferreira Linhares
Antônio Gonçalves Vieira
Teresinha de Jesus Marques
Alípio de Santana Ribeiro
Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues
Antônio Ivan e Silva
Martha Celina de Oliveira Nunes
Rosângela de Fátima Loureiro Mendes
Jeromildo Rodrigues Alves
Catarina Gadelha Malta Moura Rufino
Lenir Gomes dos Santos Galvão
Francisco das Chagas da Costa Neves
Hosaías Matos de Oliveira
Fernando Melo Ferro Gomes
José Ribamar da Costa Assunção
Teresinha de Jesus Moura Borges Campos
Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando
Aristides Silva Pinheiro
Luís Francisco Ribeiro
Clotildes Costa Carvalho

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos

Zélia Saraiva Lima

(Procuradora-Geral de Justiça)

Rosângela de Fátima Loureiro Mendes

(Corregedora-Geral do Ministério Público - até 05/05/2015)

Membros Eleitos

Procuradores de Justiça/Conselheiros

Martha Celina de Oliveira Nunes

Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando

Aristides Silva Pinheiro

Luís Francisco Ribeiro

Procuradores de Justiça/Conselheiros Suplentes

Antônio de Pádua Ferreira Linhares

José Ribamar da Costa Assunção

Promotores de Justiça

Antônio de Moura Júnior
Lúcia Rocha Cavalcanti Macêdo
João Mendes Benigno Filho
Rita de Fátima Teixeira Moreira e Souza
Ana Cristina Matos Serejo
Albertino Rodrigues Ferreira
Vera Lúcia da Silva Santos
Francisco Raulino Neto
José Marques Lages Neto
Fernando Soares de Oliveira Júnior
Antônia Barbosa de Sousa Melo
Ana Lúcia Soares de Sousa Almeida
Gladys Gomes Martins de Sousa
Luiz Gonzaga Rebelo Filho
Hugo de Sousa Cardoso
Ubiraci de Sousa Rocha
Leida Maria de Oliveira Diniz
Myrian Gonçalves Pereira do Lago
Débora Maria Freitas Said
Nivaldo Ribeiro
Francisca Vieira e Freitas Lourenço
Manoel de Barros Monteiro
Maria Ester Ferraz de Carvalho
Maria das Graças do Monte Teixeira
Fernando Ferreira dos Santos
José Hamilton Bezerra Lima
Edilsom Pereira de Farias
Antenor Filgueiras Lobo Neto
Antônio Tavares dos Santos
Carlos Rubem Campos Reis
José Reinaldo Leão Coêlho
Maria Odete Soares
Cleandro Alves de Moura
Eny Marcos Vieira Pontes
Luísa Cynobellina Assunção Lacerda Andrade
Ruszel Lima Verde Cavalcante
Luzijones Felipe de Carvalho Façanha
Cynara Barbosa de Oliveira Santos
Cezário de Sousa Cavalcante Neto
Assuero Stevenson Pereira Oliveira
Edilvo Augusto de Oliveira Santana
Francisco de Jesus Lima
Édsel de Oliveira Costa Belleza do Nascimento
Carlos Washington Machado
Elói Pereira de Sousa Júnior
Flávio Teixeira de Abreu Júnior
Sávio Eduardo Nunes de Carvalho

Carmelina Maria Mendes de Moura
Cristiano Farias Peixoto
Rodrigo Roppi de Oliveira
Marcelo de Jesus Monteiro Araújo
Cláudia Portela Lopes
José Eduardo Carvalho Araújo
Joselisse Nunes de Carvalho Costa
Cláudio Bastos Lopes
Antônio Barbosa Maciel
Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra
Antônio Rodrigues de Moura
Marlete Maria da Rocha Cipriano
Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes
Maria do Amparo de Sousa
Marlúcia Gomes Evaristo Almeida
Raquel do Socorro Macêdo Galvão Castelo Branco
Maria Socorro Nascimento Carlos da Cunha Silveira
João Batista de Castro Filho
Luciano Lopes Nogueira Ramos
Ana Cecília Rosário Ribeiro
Cláudio Roberto Pereira Soeiro
José de Arimatea Dourado Leão
Silvano Gustavo Nunes Carvalho
Flávia Gomes Cordeiro de Castro
Maurício Gomes de Souza
Marcondes Pereira de Oliveira
João Pereira da Silva
Verônica Rodrigues Sales
Itanieli Rotondo Sá
Vando da Silva Marques
João Paulo Santiago Sales
Leonardo Fonseca Rodrigues
Rômulo Paulo Cordão
Everângela Araújo Barros
João Malato Neto
Régis de Moraes Marinho
Plínio Fabrício de Carvalho Fontes
Ana Isabel de Alencar Mota Dias
Gianny Vieira de Carvalho
Liana Maria Melo Lages
Afonso Aroldo Feitosa Araújo
Antônio Charles Ribeiro de Almeida
Sérgio Reis Coêlho
Janaína Rose Ribeiro Aguiar
Denise Costa Aguiar
Francineide de Sousa Silva
Márcia Aída de Lima Silva
Valesca Caland Noronha
Francisca Sílvia da Silva Reis
Francisco Túlio Ciarlini Mendes

Juliana Martins Carneiro Nolêto
Mário Alexandre Costa Normando
Ricardo Lúcio Freire Trigueiro
Nielsen Silva Mendes Lima
Galeno Aristóteles Coelho de Sá
José Sérvio de Deus Barros
Débora Geane Aguiar Aragão Gomes
Avelar Marinho Fortes do Rêgo
Maria Eugênia Gonçalves Bastos
Ednólia Evangelista de Almeida
Deborah Abbade Brasil de Carvalho
Karla Daniela Furtado Maia Carvalho
Áurea Emilia Bezerra Madruga
Glécio Paulino Setúbal da Cunha E Silva
Lia Raquel Prado d Silva Burgos
Gilvânia Alves Viana
Paulo Rubens Parente Rebouças
Micheline Ramalho Serejo Silva
Silas Sereno Lopes
Sinobilino Pinheiro da Silva Júnior
Luana Azeredo Alves
Rita de Cássia de Carvalho Rocha Gomes de Souza
Renata Márcia Rodrigues Silva
Ricardo de Almeida Prado Filho
Danilo Carlos Ramos Henriques
Luiz Antônio França Gomes
Ana Sobreira Botelho
Raimundo Nonato Ribeiro Martins Junior
Márcio Fernando Magalhães Franca
Rafael Maia Nogueira
Carlos Rogério Beserra da Silva
Maurício Verdejo Gonçalves Júnior
Antônio César Gonçalves Barbosa
Adriano Fontenele Santos
Paulo Maurício Araújo Gusmão
Gabriela Almeida de Santana
Romana Leite Vieira
Tallita Luzia Bezerra Araujo
Márcio Giorgi Carcará Rocha
Karine Araruna Xavier
José William Pereira Luz
Francisco de Assis Rodrigues de Santiago Júnior
Leonardo Dantas Cerqueira Monteiro
Gerson Gomes Pereira
Fabrícia Barbosa de Oliveira
Edgar dos Santos Bandeira Filho
Emmanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo
Hugo Eugênio Ferreira Gouveia
Lenara Batista Carvalho Porto

